

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ARIANA JÚLIA MAFRA

**O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA):
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ELABORAÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE
VIDA JUNTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

**FLORIANÓPOLIS
2012/2**

ARIANA JÚLIA MAFRA

**O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA):
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ELABORAÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE
VIDA JUNTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. MSc. Letícia Soares Nunes

**FLORIANÓPOLIS
2012/2**

ARIANA JÚLIA MAFRA

**O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA):
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ELABORAÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE
VIDA JUNTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, fevereiro de 2013

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof^a. MSc. Letícia Soares Nunes
Departamento de Serviço Social da UFSC

1ª Examinadora

Prof^a. MSc Juliane Caetano Justino
Departamento de Serviço Social da UFSC

2ª Examinadora

Sandra Márcia Ferreira de Andrade e Silva
Assistente Social no Serviço de LA e PSC
Prefeitura Municipal de Florianópolis

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me iluminou, protegeu e usou de sua sabedoria para proporcionar-me paciência, coragem e entusiasmo para resistir a este momento que exige muito esforço e dedicação.

Aos meus pais, que com exemplos de dignidade, honestidade e educação fizeram com que eu me tornasse consciente e seguidora destes princípios.

As minhas irmãs, que desde cedo lutaram para conquistar seus objetivos e hoje são merecedoras das conquistas.

Aos meus sobrinhos Ramon, Maria Júlia e Michele, vocês são a esperança de um futuro melhor! A tia ama vocês.

A equipe do Serviço de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, campo do meu estágio curricular obrigatório, em especial à Andréia, Bila, Sandra, Liz, Maurício e Anderson.

A Carina, minha supervisora de campo, que desperta admiração pelo compromisso ético com que realiza seu fazer profissional. Muito obrigada por me receber de braços abertos no seu espaço de trabalho. Você colaborou significativamente na minha formação profissional. És um grande exemplo de profissional ética e comprometida!

A estagiária de psicologia Juliana, do setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis, por entender meu desespero e preocupação em busca de uma vaga de estágio curricular obrigatório. Você foi fundamental para que eu pudesse realizar meu estágio.

A professora Letícia, orientadora deste trabalho, por toda paciência, dedicação e profissionalismo.

A professora Juliane, por aceitar participar da banca examinadora.

As novas colegas Marta e Marcela, apesar do pouco tempo de convivência, tenho um carinho e admiração especial por vocês!

O meu mais sincero e especial agradecimento eu dedico ao meu namorado, Alexandre, companheiro desde o início desta árdua jornada, que foi o meu maior incentivador. Por fazer com que eu não desistisse: essa conquista também é sua. Te amo!

JÚLIA MAFRA, Ariana. **O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA): DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ELABORAÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE VIDA JUNTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.** 2012, 61 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RESUMO

O presente trabalho foi idealizado a partir da experiência de estágio no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) no período de março de 2012 a fevereiro de 2013. Possui como objetivo analisar os desafios e possibilidades para a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) nos serviços de execução de medida socioeducativa, com base nos disposto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa classificou-se como um estudo exploratório, delineada como pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho está dividido em duas seções, sendo que na primeira é apresentado um breve resgate histórico das legislações brasileiras para crianças e adolescentes, pontuando considerações sobre o Código de Menores de 1927 e de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, em seguida são apresentados alguns conceitos sobre adolescência, o seu envolvimento com a prática do ato infracional, conceituando-o, bem como apresentando as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas. Na segunda seção, analisa-se o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), já que este envolve um conjunto de ações desde o processo de apuração de ato infracional, até a execução de medidas socioeducativas, focando, neste trabalho, na discussão acerca da elaboração do PIA. Com base nos resultados obtidos na pesquisa, afirma-se que o PIA encontra desafios e possibilidades para que seja elaborado. Dentre as possibilidades destaca-se que este pode, a partir da construção coletiva entre profissionais, adolescente e sua família, proporcionar um novo projeto de vida ao adolescente. Já a implementação do SINASE e o prazo determinado pelo Judiciário para a entrega do PIA, consistem em alguns dos desafios a serem enfrentados.

Palavras-chave: Adolescente; Ato infracional; SINASE; Medidas socioeducativas; Plano Individual de Atendimento.

LISTA DE SIGLAS

ABMP - Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FONACRIAD - Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA - Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MSE - Medida Socioeducativa

PIA - Plano Individual de Atendimento

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNBEM - Política Nacional do Bem Estar do Menor

PSC - Prestação de Serviço a Comunidade

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SEDH/SPDCA - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SINASE - Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE	10
1.1 RESGATE HISTÓRICO DAS LEGISLAÇÕES SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA	10
1.2 ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: BREVES CONCEPÇÕES.....	18
2. O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE) ...	31
2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SINASE.....	31
2.2 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS E GESTÃO DOS PROGRAMAS NO SINASE.....	34
2.3 O DESENVOLVIMENTO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) EM QUESTÃO	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	58

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), aprovado pela Lei nº 12.594 em 18 de janeiro de 2012, é um sistema que regulamenta a execução das medidas socioeducativas (MSE) destinadas a adolescentes em conflito com a lei. Dentre algumas questões apontadas no SINASE, o artigo 52 determina a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), sendo uma exigência para o cumprimento da medida socioeducativa. Conforme o artigo mencionado, a lei conceitua o PIA como um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com os adolescentes.

O SINASE (2012), o Caderno de Orientações Técnicas sobre o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade (MDS, 2012) e o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília (CEAG, 2012) apontam que o PIA tem como objetivo garantir uma abordagem individual, considerando as singularidades de cada adolescente e suas histórias de vida, construindo assim um *novo* projeto de vida. Também pontua como objetivo garantir a participação do adolescente e sua família nas metas e compromissos viáveis que possam auxiliar a organizar o seu presente e criar perspectivas de futuro desvinculados da prática de ato infracional e, para garantir os dois primeiros objetivos, faz-se necessário a integração das políticas públicas.

O estudo da temática surgiu devido a inserção no campo de estágio na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), no Serviço de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço a Comunidade (PSC), diante disto, analisar o PIA tornou-se um desafio, pois se trata de uma discussão recente, ao mesmo tempo que aparece como uma exigência para o cumprimento da medida socioeducativa, porém, não há muita produção acadêmica sobre o tema, diante disto, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), se justifica.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades da elaboração do PIA como um instrumento que visa contribuir para um novo projeto de vida juntos aos adolescentes em conflito com a lei.

O trabalho está dividido em duas seções, sendo que na primeira é apresentado um resgate histórico sobre as legislações sobre criança e adolescente na sociedade brasileira, visando sistematizar o cenário no qual se desenvolveu a atual doutrina da proteção integral, para tanto, faz-se necessário uma breve apresentação sobre conceitos de adolescência, ato infracional e medida socioeducativa. Para contextualizar tais concepções, utilizou-se de autores como Volpi (2002), Veronese (1999), Miotto (2001), entre outros.

Na segunda seção será apresentado o SINASE e seu processo de construção, bem como a integração das políticas e programas que compõem esse sistema. Na subseção 2.3 será apresentado os desafios e as possibilidades da elaboração do Plano Individual de atendimento.

Cabe sinalizar que o SINASE é uma legislação recente e não há muita literatura publicada, desta forma, utilizou-se como referência artigos da Revista Adolescência e Conflitualidade, pois há publicações específicas sobre o SINASE e o PIA no ano de 2012. Para dar sustentação a temática, utilizou-se do aporte teórico de autores como Frassetto (2012), Malvasi (2012), Veronese (2008).

O trabalho é finalizado com as considerações desenvolvidas ao longo de sua elaboração, apresentando, por fim, as referências utilizadas.

1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE

A seção que se inicia tem por objetivo apresentar uma breve contextualização histórica a respeito dos atendimentos prestados às crianças e adolescentes ao longo dos anos no nosso país. Esta subseção será dividida em períodos, sendo o primeiro período o filantrópico, posteriormente o período filantrópico-higienista, em seguida o período assistencial, e por último o institucional – pós 1964.

Para isto, serão utilizados autores como Veronese (2006), Volpi (1999), Nunes (2002), que darão sustentação para o entendimento da temática.

1.1 RESGATE HISTÓRICO DAS LEGISLAÇÕES SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ao longo da história, crianças e adolescentes eram tratados de forma marginalizada pela sociedade brasileira. Para esclarecer essa afirmação, salienta-se que no início do processo de colonização do Brasil, que permeia o século XVI e XVII, o Estado era responsável pela contenção e repressão da marginalidade. Ou seja, nesse período compreendido como “*filantrópico*”, o Estado era ausente no que diz respeito ao atendimento à infância, principalmente no que se refere aos menores¹.

Assim sendo, o referido público ficava submetido à benemerência privada através de Casas de Misericórdias², ou, ficavam a “mercê da própria sorte”. Nos séculos supracitados, institui-se o Código Criminal do Império³ (1830), considerado, de acordo com ideários iluministas, um avanço para a época, pois trazia algumas inovações no que diz respeito às melhores condições e direitos aos “menores”. Para os “menores”, em geral, a partir dos quatorze anos, e para aqueles com idade

¹ Será utilizado ao longo desta seção o termo “menor” apenas para caracterizar a forma como eram designadas as crianças e adolescentes no período anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Deve-se sinalizar que após o referido Estatuto, passou-se a compreender que esta terminologia não era mais adequada, visto que era utilizada anteriormente de forma pejorativa, na qual crianças e adolescentes eram considerados “menores”, pois eram vistos como delinquentes, abandonados, com desvio social, de conduta ou perigosos.

² As Casas de Misericórdias instituíram a Roda dos Expostos que consistia num mecanismo utilizado para abandonar (*expor* na linguagem da época) recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade. O mecanismo, em forma de tambor ou porta giratória, embutido numa parede, era construído de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele que a recebia.

³ Primeiro Código Penal Brasileiro. Vigorou de dezembro de 1830 a 1891.

inferior a quatorze anos foi criada a Teoria do Discernimento, pelo qual o “menor” tendo consciência do ato criminal, da gravidade, ilegalidade e imoralidade poderia ser retirado e recolhido à Casa de Correção⁴ pelo tempo que o juiz determinasse, desde que não excedesse dezessete anos de idade. Salienta-se que ao juiz era conferido um poder consideravelmente grande de arbítrio, uma vez que a ele era dada a competência de analisar a condição de discernimento dos “menores”.

A diferença de tratamento que os “menores” tinham em relação aos adultos dizia respeito substancialmente a uma espécie de atenuante de menoridade, no entanto, sofriam as graves penas da legislação vigente da época: o Código Criminal do Império de 1830.

Posteriormente, no período de “abolição” da escravidão cita-se, no ano de 1871, a promulgação da Lei do Ventre Livre, no qual estabeleceu que seriam livres os filhos de mulheres escravas nascidos após a lei. No entanto, ficariam em “poder” dos Senhores até completarem os oito anos de idade, porém, conforme Nunes (2002) “após esta idade os Senhores poderiam fazer opção entre receber do Estado uma indenização ou utilizar os serviços do “menor” até completar vinte e um anos”.

Alguns autores, como Rizzini (1995), acreditam que a Lei do Ventre Livre, mesmo com pequenas proporções, trouxe impacto social, pois deixou sinalizado o problema do sistema da escravidão, o que ficou comprovado com a edição da Lei Áurea. Pois representou o fim da escravidão no Brasil onde, por um lado, deixou a população negra livre, não sendo mais escravo e nem propriedade particular dos Senhores, no entanto, por outro lado, a sociedade saiu de um modelo de exploração para adentrar outro, ou seja, o negro que antes era escravo, passou a ser descriminalizado não tendo o mesmo acesso a bens e serviços.

O Período seguinte, conhecido como “*filantrópico-higienista*”, se deu em fins da década de 1870 até o ano de 1924 quando é proclamada a República. Nesse momento, começa-se a efetivar medidas de repressão a determinadas crianças e adolescentes, ou seja, aqueles que estavam, de acordo com a visão da época, “soltos”, ameaçando a “ordem pública”. Em relação ao período anterior (*filantrópico*) houve um avanço na idade mínima para a responsabilidade penal, sendo fixada em nove anos, e a partir dessa idade continuou o critério do Discernimento como um atribuidor de responsabilidade. Aos maiores de quatorze anos, mantiveram-se as

⁴ Estabelecimento criado a partir do Código Pena 1830 para abrigar “menores delinquentes”.

disposições do Código Criminal do Império (1830), sendo os menores encaminhados para casa de correção.

Para sintetizar esse período, cita-se Rizzini (1995, apud NUNES, 2002, p. 9) na qual afirma que:

A infância como um magno-problema era uma realidade. A partir daí, a ênfase passou a ser dada a uma legislação que abarcasse o problema como um todo: a infância pobre e desassistida (moralmente abandonada) e a delinquente. Em síntese – criança abandonada e a criança delinquente.

Após o período acima citado, entra em vigor o “*período assistencial*”. No que tange os direitos da criança e do adolescente, pode ser citado o Código de Menores de 1927, que representou, para a época, um avanço, pois tornou inimputáveis os menores de dezoito anos, não podendo mais serem submetidos ao processo penal, assim como deixou de se utilizar o Discernimento como critério de responsabilização do ato criminal, tal como acontecia nos períodos anteriores, como já citados. No entanto, a figura do Juiz continuava a exercer um poder muito grande em relação às decisões que determinavam os destinos dos “menores”. Neste período, surge a Doutrina da Situação Irregular, na qual tanto os infratores quanto os “menores” pobres são colocados como objetos de intervenção do Estado.

O próprio Código de 1927, em seu artigo 2º tratou de definir os “menores” em situação irregular como sendo aqueles:

I – privado de condições essenciais à sua saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável, manifesta impossibilidade dos pais ou responsável de provê-las;
 II – vítima de maus tratos ou castigo, imoderados impostos pelos pais ou responsável;
 III – em perigo moral, devido encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
 IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
 V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
 VI – autor de infração penal.
 Parágrafo único: entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação ao menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial (VERONESE, 2006, p.35).

Para Veronese (1999, p.20) o código de menores:

[...] veio alterar e substituir concepções absoletas como as de discernimento, culpabilidade, penalidade, responsabilidade, pátrio poder, passando a assumir a assistência ao menor de idade, sob a perspectiva educacional. [...] O código de menores institucionalizou o dever do Estado em assistir aos menores que, em face do estado de carência de suas famílias, tornavam-se dependentes da ajuda ou mesmo da proteção pública. A tônica predominante desta legislação menorista era corretiva, isto é, fazia-se necessário educar, disciplinar, física, moral e civicamente as crianças oriundas de famílias desajustadas ou da orfandade.

O período assistencial fica em vigor durante os anos de 1910 a 1964 e são criados diversos mecanismos para atender a população infanto-juvenil, tais como: Primeiro Juizado de Menores em 1924, Promulgação do Código de 1927, Departamento Nacional da Criança em 1940 e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM).

O Serviço de Assistência ao Menor (1942 a 1964) foi marcado por um modelo correcional-opressivo para atender crianças e adolescentes autores de atos infracionais. As unidades do SAM eram apelidadas de “universidade do crime”, “sucursal do inferno”, “famigerado SAM”, entre outros. Nesta época a pobreza era vista como um desvio social⁵, sendo assim, buscava-se o confinamento, objetivando a segurança da sociedade. No entanto, os “menores” internados recebiam tratamento repressivo e violento.

Nunes (2002) aponta que o período seguinte, compreendido como “*Institucional Pós-64*”, (1964 a 1990) houve a implantação da Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM), no qual se tentou fazer um reordenamento das instituições de internação. Criou-se, então, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), sendo este um órgão indireto da administração, ligado à Presidência da República, com funções normativas, sendo responsável por coordenar as ações, além de ter como atribuição o fomento, apoio técnico e financeiro no âmbito nacional da nova política para crianças e adolescentes. A Doutrina da Situação Irregular, criado no Código de 1927 continuou vigente no Novo Código de Menores de 1979, sendo este o período em que se consolida tal doutrina, vigente no país através da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Neste período, as políticas e as legislações para a população infanto juvenil eram elaboradas apenas para os “menores em situação irregular”, portanto, não era elaborado para a população como um todo, apenas para a parcela da população que era vista como desviante, delinquente e marginal.

⁵ A pobreza era compreendida como responsabilidade do indivíduo.

O Código de Menores (1979) tinha como objetivo assegurar a paz e harmonia da nação brasileira e para isso era necessário a retirada do “menor” do convívio social, restringindo sua liberdade quando este não atendia aos padrões estabelecidos na época. Portanto, o Código de Menores representava uma política de violação de direitos.

Neste sentido contempla Volpi (2001, p.32):

O código de menores de 1979 trazia em lei uma doutrina que concebia a sociedade sob uma perspectiva funcionalista, em que cada indivíduo ou instituição tem seu papel a desempenhar para assegurar o funcionamento harmônico da sociedade. Os problemas, as injustiças e a exclusão eram vistos como disfunções que deviam ser atribuídas aos desvios de condutas dos indivíduos envolvidos. A existência de crianças desnutridas, abandonadas, maltratadas, vítimas de abuso, autoras de atos infracionais e outras violações eram atribuídas à própria índole, enquadrando-se todas numa mesma categoria ambígua e vaga, denominada situação irregular.

Veronese (2006, p. 38) corrobora com Volpi (2001), no que diz respeito à violação quando aponta que o processo no qual o “menor” era submetido acontecia de forma inquisitorial, ou seja, a verdade material sempre era maior que os direitos da pessoa humana, deixando a criança e o adolescente como meros objetos de investigação.

Aponta ainda Veronese (2006, p.38) que:

Nos processos, não obrigava a lei menorista à participação do advogado. A intimidade dessa criança ou adolescente era desregradamente vasculhada, sendo que as medidas legais chegavam a intervir na família e no meio em que a mesma vivia. Enquanto que para o adulto o processo tinha (e tem) por fundamento o princípio do contraditório, o qual é, inclusive, uma garantia constitucional, no qual o indiciado não era sujeito passivo, mas se defendia, sendo-lhe resguardado até mesmo o direito de permanecer em silêncio. A lei, assim, obrigava a presença do advogado, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa.

Ainda sobre a violação de direitos, Veronese (2006, p.39) afirma que na prisão cautelar:

O menor podia ser detido fora do flagrante e sem ordem escrita de autoridade judiciária. Tal detenção não obedecia a nenhuma formalidade ou critérios objetivos. A criança ou adolescente infrator era simplesmente apreendido e encaminhado à delegacia. Não se exigiam sequer os indícios suficientes da autoria ou mesmo a tipicidade do fato atribuído ao menor.

A prisão cautelar, extremamente violenta e autoritária, aplicava-se apenas aos menores de dezoito anos, aos maiores, eram dispensados mais direitos e garantias, como por exemplo: a perda da liberdade apenas em casos de flagrantes. Percebe-se, portanto, que a prisão cautelar para os “menores” ultrapassava os parâmetros

fixados para os adultos. Aos “menores”, a medida de internação contida não tinha prazo determinado, ficando a critério da Justiça o tempo que os “menores” ficariam presos, diferentemente dos adultos, que por sua vez, tinham a pena proporcional à gravidade do crime.

O Código de Menores (1979), em seu artigo 41 aponta:

O menor em desvio de conduta ou autor de infração penal poderá ser internado em estabelecimento adequado, até que a autoridade judiciária, em despacho fundamentado, determine o desligamento, podendo, conforme a natureza do caso, requisitar parecer técnico do serviço competente e ouvir o Ministério Público.

Ainda sobre este artigo, Veronese (2006, p. 40) afirma que “quando se trata de menor de idade, o trancafiamento não estava condicionado a prazo fixo, podendo ficar recluso indefinidamente, semelhante a uma prisão perpetua”.

Devido ao período ditatorial, no qual a sociedade vivenciava momentos de repressão e autoritarismo, na década de 1980 um grande movimento de setores organizados da sociedade civil se reúne em prol de uma nova constituinte. Diversos segmentos se engajam neste movimento junto à Assembleia Nacional Constituinte: aqueles que lutam pelos direitos das crianças e dos adolescentes, pelos direitos humanos, abertura democrática, entre outros, até que no dia 5 de outubro de 1988 é aprovada a nova Constituição da República Federativa do Brasil.

Veronese (1999, p.44) coloca que no que tange os direitos da criança e do adolescente nas constituições brasileiras “[...] sem dúvida alguma a atual Constituição [...] representa um marco na prolatação de uma série de novos direitos, os quais foram o resultado da participação ativa de toda a sociedade”.

No início da referida década inicia-se então um amplo movimento da sociedade, tendo como objetivo modificar a legislação que se destinava às crianças e adolescentes, utilizando como base o princípio da democratização. Nesta data, após o período da Ditadura Militar, ressurgem os movimentos sociais populares, no qual se unem educadores e agentes sociais em busca da defesa dos direitos dos considerados “menores”. Diante desse novo momento, para exemplificar, iniciam-se no Brasil investimentos por parte desses agentes para atender os meninos e meninas de rua.

Neste sentido, cria-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, sendo:

Norteados por uma proposta pedagógica e por princípios da educação popular, tal proposta é trabalhada por educadores, agentes sociais e ativistas dos direitos da criança e adolescente, com a finalidade de contribuir para a organização, mobilização, conscientização e capacitação dos segmentos que compõem a sociedade, assim como contribuir para que as omissões, transgressões e violações dos direitos de meninos e meninas de rua sejam constantemente denunciadas (MNMMR, 1995).

Esse movimento vai ao encontro de uma proposta pública e jurídica que estava sendo realizada neste período, objetivando a modificação da legislação vigente. Essa proposta tem ênfase quando a Constituição Federal de 1988 aponta em seu artigo 227 a Doutrina da Proteção Integral para criança e adolescente. Juntamente com isso, as discussões e normativas internacionais tiveram influência direta sobre uma nova maneira de como trabalhar o tema da infância e juventude. A Proposta da Doutrina da Proteção Integral surgiu a partir de diversos movimentos da sociedade, assim como as Regras Mínimas das Nações Unidas e as Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência juvenil, que juntas, criaram o documento de maior relevância que incorpora a Doutrina da Proteção Integral: a Convenção sobre Direitos da Criança de 1989 (NUNES, 2002).

No Brasil, em 1988, com a promulgação da Constituição da República, os princípios que norteariam a Doutrina de Proteção Integral já estavam presentes e sendo incorporadas nesta nova Carta Magna, começando então um novo marco nas legislações que abordavam a criança e o adolescente.

É nesse cenário que em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tem como princípio fundamental a criança e adolescente como prioridade absoluta, numa nova perspectiva, sendo eles sujeitos de direito (e não mais chamados pejorativamente de “menores”, conforme já enfatizado). Interessante ressaltar que nesse novo modelo de doutrina, estabelece-se uma nova forma de intervenção, responsabilizando o Poder Público, a Sociedade e a Família pela proteção das crianças e adolescentes, desta forma, o “poder” até então exercido sobre os “menores” pelo Estado, passa a ser dividido com toda a sociedade, redefinindo os padrões de intervenção e atuação, através de uma nova perspectiva: a garantia da proteção integral de sujeitos de direitos.

Nunes (2002, p. 32) afirma:

O Estatuto surge diante de uma conjuntura extremamente interessante e profícua, no tocante à normativa e mobilização em torno da infância. No âmbito internacional, vemos o momento de aprovação da Convenção sobre Direitos da Criança, principalmente, que redefine os parâmetros de atuação

frente à infância e à juventude, calcado na proteção integral, com o reconhecimento da capacidade da cidadania às crianças e adolescentes. No âmbito nacional, verifica-se a continuidade e o incremento do movimento de defesa/promoção dos direitos da infância e juventude, bem como uma forte campanha pública sobre a desassistência, violações de direitos e problemas com os menores de rua.

Segundo Vieira (1999), o Estatuto rompeu definitivamente com a doutrina da situação irregular, no qual se baseava o Código de Menores de 1979, assim como extinguiu a prisão cautelar, adotando então, o sistema de proteção integral.

No tocante aos adolescentes autores de atos infracionais, o ECA (1990), trouxe modificações bastante significativas. Podemos citar a primeira delas ao criar duas formas distintas de perceber criança e adolescente, e logo, as medidas aplicadas a esses sujeitos. A primeira é a intervenção para crianças de até doze anos e a segunda para adolescente de doze a dezoito anos, para cada um desses sujeitos foram criados formas particulares de intervenção.

Às crianças e adolescentes serão aplicadas medidas específicas de proteção, previstas no art. 101 do ECA:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência;
- IX - colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.

As medidas de proteção só serão aplicadas pelo Conselho Tutelar. Em casos específicos, o Juiz poderá aplicar a medida, como por exemplo, nos locais onde não esteja funcionando de forma regular o Conselho Tutelar, uma vez que o art.136 do ECA determina que é atribuição deste órgão aplicar as medidas de proteção, previstas no art.101, I a VII.

Conforme artigo 98 do ECA, as medidas de proteção à criança e adolescente, serão aplicadas sempre que os direitos (saúde, educação, convivência familiar e comunitária, cultura, entre outros) reconhecidos nesta Lei forem

ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade, do Estado ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta (ECA, 1990).

Na subseção seguinte serão apresentados conceitos de adolescentes, ato infracional e medida socioeducativa para posteriormente compreendermos a regulamentação do Sistema Nacional de Medida Socioeducativa, (SINASE)⁶, para este público.

1.2 ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: BREVES CONCEPÇÕES.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), conforme artigo 2, considera criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela pessoa cuja idade compreende a faixa etária entre doze e dezoito anos de idade.

Luft (2001, p.12) define como sendo adolescente aquele que “ainda não alcançou o pleno desenvolvimento”. Souza (2004, p. 232) também corrobora com essa definição, afirmando ainda que na Constituição Federal de 1988:

Entendeu-se que a adolescência é uma fase de transformações psicossomáticas com reflexos não apenas na estrutura biológica, mas principalmente no comportamento em sociedade: o adolescente naturalmente contesta valores e regras vigentes e não está com suas capacidades cognitivas e volitivas plenamente desenvolvidas.

Nesta fase da vida os adolescentes passam por mudanças nos aspectos físicos, psíquicos e sociais. As alterações físicas são praticamente as mesmas para todos os adolescentes, porém, as mudanças sociais e psíquicas são compreendidas e interpretadas através da cultura na qual o adolescente está inserido. Sendo assim, podemos afirmar que adolescente é aquele indivíduo em processo de transformação, deste modo, já vivenciou a fase infantil e se prepara para a fase adulta, de amadurecimento, responsabilidades e desafios.

⁶ Faz-se necessário mencionar que em 2006 a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República elaborou o *Documento do SINASE*, no qual constam orientações acerca do Sistema Nacional de Medida Socioeducativa (documento explicativo) e em 2012 foi aprovado a LEI do SINASE, desta forma, será utilizado a sigla SINASE(2006) sempre que se referir ao Documento SINASE e a sigla SINASE (2012), quando se tratar da lei aprovada em 2012.

O conceito de adolescente e a faixa etária que compreende essa fase não é consenso entre os autores da área. Há autores que afirmam que a adolescência pode ser compreendida apenas sob o ponto de vista biológico, sendo assim, abrange o período da puberdade. Martins (2004, p.35) sinaliza que alguns autores traçam estas “transformações como corporais, ou seja, a puberdade, acentuada através do rápido crescimento, do surgimento dos pêlos pubianos, das mudanças de voz nos meninos, e de seios nas meninas”.

Para outros autores, o conceito de adolescência é socialmente construído, desta forma, não existiria idade limite ou idade mínima. Ozella (2002, p. 21, apud ROSA; JÚNIOR; RANGEL, 2007, p. 53) afirma que “a adolescência não é um período natural do desenvolvimento. É um momento significado e interpretado pelo homem” sendo assim, a adolescência é um período de:

Latência social construída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico e da necessidade de justificar o distanciamento do trabalho de um determinado grupo social (OZELLA, 2002, p. 21, apud ROSA; JÚNIOR; RANGEL, 2007, p. 53).

Em relação as mais diversas concepções do tema, Rosa, Ribeiro Júnior e Rangel (2007, p.49), apontam que:

Consultando a literatura científica sobre a adolescência, observa-se que nela não há consenso na definição do termo e tampouco quanto aos limites etários dentro dos quais se considera uma pessoa adolescente ou jovem. As tentativas de delimitação cronológica da adolescência e da juventude são bastante inconsistentes. Em síntese, as idades apresentadas como limites referenciais da adolescência variam de 10 a 19 anos e da juventude de 12 a 35 anos, considerando as referências nacionais e internacionais.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) utiliza o conceito ampliado de adolescência, no qual perpassa o contexto familiar e envolve todos os membros, pois se entende que nesta fase o adolescente transforma suas relações sociais e familiares (GORGES, 2006, p. 17 apud ROSA; RIBEIRO JÚNIOR, RANGEL, 2007).

Quando a palavra adolescência é mencionada, logo vem em mente o sentido de “transformação”. Para alguns autores essas transformações são vistas nos traços corporais, outros autores fixam mudanças no comportamento, como a rebeldia, o isolamento, o apego a determinados grupos, novas formas de se vestir, de falar e de se relacionar.

Becker (1997, p.14) exemplifica tais mudanças e aponta que:

[...] um belo dia, a lagarta inicia a construção de seu casulo. Este ser que vivia em contato íntimo com a natureza e a vida exterior, se fecha dentro de uma "casca", dentro de si mesmo. E dá início a transformação que levará a um outro ser, mais livre, mais bonito (segundo algumas estéticas) e dotados de asas que lhe permitirão voar. Se a lagarta pensa e sente, também seu pensamento e o seu sentimento se transformarão. Serão agora o pensar e o sentir de uma borboleta. Ela vai ter um outro corpo, outro astral, outro tipo de relação com o mundo.

Com base nas questões pontuadas até então, afirma-se que o período da adolescência é marcado por diversos fatores. No entanto, um dos mais importantes é a consciência de um novo espaço no mundo, isto é, uma nova realidade que pode produzir determinadas "confusões de consciências". Porém, é o que caracteriza a formação dos adolescentes na reestruturação da personalidade. Neste sentido, aponta Erickson (1972, p. 21):

Em termos psicológicos, a formação de identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis de funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele.

A construção da identidade é pessoal e social, acontece de forma interativa na base de trocas entre indivíduo e o meio no qual esta inserido. Esta crise e a "confusão de identidade" farão com que o adolescente busque suas identificações, e com o passar do tempo algumas atitudes são internalizadas, outras não. Algumas são construídas e o adolescente lentamente percebe-se portador de uma identidade que, sem dúvida, foi social e pessoalmente construída.

Complementando as questões pontuadas, Vezzulla (2006, apud NETO, 2012, p. 41) ressalta que:

A adolescência é um período que pode produzir uma reação que potencia a insatisfação do adolescente e aumenta o grau expressivo do reclamo para obter a atenção que solicita, às vezes, de forma agressiva e até violenta. A lei se torna um desafio, o adolescente busca encontrar sua própria lei, vislumbra a sua independência querendo romper totalmente as normas. Quando não possui um espaço familiar nem social onde crescer e passar sua crise, sem ter sua identidade reconhecida, pode vir a utilizar da agressividade para se defender, para obter um espaço na comunidade que lhe é negado, podendo acarretar em atos infracionais.

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 103 define ato infracional como crime ou contravenção penal. Autores como Volpi (1999) argumentam que é dissenso na área da Criança e Adolescente o conceito de ato

infracional. Isto é, mesmo com a definição do Estatuto, como crime ou contravenção penal, na prática este conceito ganha uma dimensão diferente, onde, por vezes, “resgata” certas categorias como “vadiagem”, “perambulação”, resquícios do já revogado Código de Menores de 1979.

Volpi (2002, p.7) aponta que:

Não existe ainda um consenso geral sobre como denominar os adolescentes que praticam atos infracionais. Os meios de comunicação social, geral, têm preferido usar formas estigmatizantes, referindo-se a eles como infratores, delinqüentes, pivetes e, mais recentemente, importando uma expressão dos EUA, uma revista semanal taxou-os de pequenos predadores. A opinião pública em geral tem reproduzido estas expressões, acrescentando outras que a sua criatividade preconceituosa produz, como: bandidos, trombadinhas, menores infratores e outras.

Souza (2004, p.232), no que diz respeito à compreensão da sociedade sobre adolescentes autores de atos infracionais enfatiza:

A noção popularmente divulgada de que autores de atos infracionais não são responsabilizados é leviana e falsa. A lei brasileira prevê espécies diferentes de medidas segundo as circunstâncias e a capacidade do adolescente de cumpri-las, numa hierarquia que inicia com a advertência e culmina com a internação em centro educacional para infração de natureza grave com ameaça ou violência contra a pessoa.

No ECA (1990), o adolescente é visto como autor de ato infracional, pois sendo autor, sob aspecto jurídico, conta com uma série de garantias formais. Além disto, tratá-lo como adolescente autor de ato infracional é diferente de considerá-lo adolescente infrator, uma vez que uma circunstância pontual da vida o rotularia para sempre, Rosa (2011, apud NETO, 2012, p. 42) sinaliza que:

A criminologia contemporânea define o comportamento desviante do adolescente como fenômeno social normal, desde que não haja grave violência pessoal, patrimonial ou sexual que se prolonga até o amadurecimento, pois as infrações seriam expressão de comportamento experimental e transitório dentro de um complexo, e não uma epidemia em alastramento que deveriam ser reprimidos com cerco e aniquilamento. As ações não seriam raiz para criminalidade futura do adulto, nem passagem para outras formas graves de infrações, tais como o homicídio e estupro.

O artigo 27 do Código Penal (1940) e o artigo 104 do ECA (1990) trazem como sendo penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial, referindo-se ao ECA. Essa legislação determina que crianças e adolescentes quando cometem atos infracionais não respondem como prevê o Código Penal, portanto, não respondem penalmente, pois se considera que são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e por

isso serão aplicadas medidas de proteção (medidas aplicadas para crianças e adolescentes) e medidas socioeducativa (aplicas para adolescentes). As medidas socioeducativas (MSE), são atribuídas aos adolescentes como responsabilidades e não como punição perante o ato cometido e estão sujeitas aos princípios da proteção integral.

Com base nas questões pontuadas, destaca-se que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou nos anos de 2005 e 2006 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na qual identificou que a população brasileira de adolescentes (idade entre 12 e 18 anos incompletos) era de 24.461,666. Desse total, 34.870 representava a população de adolescentes em conflito com a lei e que cumpriam alguma medida socioeducativa, representando assim 0,14% da população em conflito com lei.

Gorges (2008, p. 18) apresenta uma pesquisa feita através do site do IBGE:

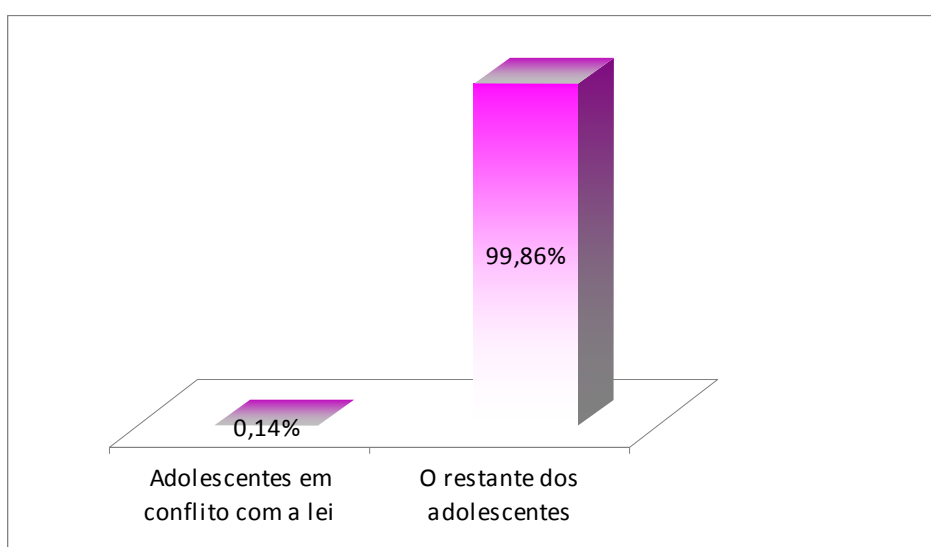


Gráfico 1: população total entre 12 e 18 anos e população de adolescentes em conflito com a lei (2005/2006)

Fonte: Gorges (2008)

Apesar desse pequeno percentual, percebemos que a população possui uma visão distorcida sobre a incidência de adolescentes em conflitos com a lei. Dentre os fatores que contribui para esta forma de pensar, podemos citar a influência massiva da mídia, haja vista que os adolescentes são alvos constantes desta, que ora exalta o consumismo, através de propagandas e de programas de televisão, ora exibe notícias sensacionalistas sobre o público juvenil. Isso faz com que a população tenha a falsa ideia de que os adolescentes sejam os principais autores de violência

do país, como se não bastasse, influenciando também para que os atos infracionais tomem maiores proporções quando relacionados aos delitos dos adultos⁷.

Este é um dos questionamentos que o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD)⁸ faz: “o adolescente é o principal agente da violência no país?”. O próprio Instituto afirma que não, utilizando como base dados estatísticos do IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do próprio Instituto. O ILANUD realizou uma pesquisa no Brasil, na qual identificou que o jovem não é o principal agente de violência no país, são os adultos, maiores de 18 anos de idade, aqueles que praticam o maior número de crimes e os crimes mais graves.

O censo do IBGE (2010) apontou como população de adolescentes (12 a 18 anos) um número inferior aos anos de 2005-2006, sendo atualmente 24.033.745, havendo uma diminuição deste público. O IBGE mostra em suas pesquisas que, dentre outros fatores, o envolvimento com atos infracionais representa índices consideráveis de adolescentes mortos por homicídios (44%). Ou seja, apesar do alto número de mortes por homicídio, o número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, conforme os dados citados, diminuíram.

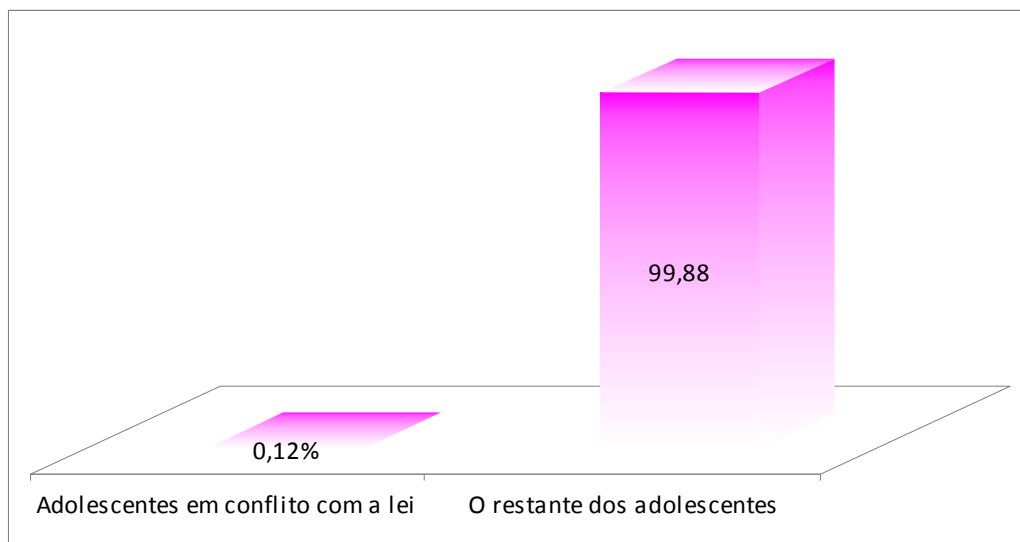


Gráfico 2: população total entre 12 e 18 anos e população de adolescentes em conflito com a lei (2010)

Fonte: IBGE (2010)

⁷ Atualmente discute-se nos mais diversos segmentos da sociedade a redução da maioridade penal para 14 anos.

⁸ O ILANUD, em 2004, escreveu o artigo: Ato Infracional Atribuído ao Adolescente - 2000 a 2001- O adolescente é o principal agente da violência no País?

Evidenciando tais questões, salienta-se que as medidas socioeducativas⁹ são expressas em todo o conteúdo do Título III, Capítulo IV do ECA, sendo assim listadas no artigo 112:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (ECA, 1990).

O ECA (1990) prevê a capacidade do adolescente em cumprir a medida, levando em consideração as circunstâncias e a gravidade da infração, entendendo por circunstância as condições pessoais do adolescente (psicológicas, físicas, sociais, familiares e econômicas), isto é, o contexto pessoal, familiar e social em que está inserido, bem como a estrutura existente para o cumprimento da medida ora aplicada pelo judiciário.

As medidas socioeducativas são divididas em: meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida – artigo 115 a 118) e meio fechado (semiliberdade artigo 120 e internação artigo 121). A seguir discorreremos acerca das medidas socioeducativas, segundo o ECA e autores como Martins (2004) e Volpi (1999).

• **Advertência:** O Estatuto preconiza, em seu artigo 114, que a advertência deverá ser aplicada quando houver provas materiais do envolvimento do adolescente com atos infracionais, não podendo ser advertido em casos apenas de suspeitas.

⁹ Para aplicação das medidas socioeducativas cabe ressaltar que o ECA (artigos 171 a 190) determina os procedimentos para apuração de ato infracional. Desta forma, é importante destacar que o adolescente apreendido em flagrante deverá ser cientificado de seus direitos (art.106, parágrafo único do ECA) e encaminhado à autoridade policial competente (art.172 do ECA), com comunicação ao Juiz da Infância e da Juventude e sua família ou pessoa por ele indicada (art.107 do ECA). Caso haja Delegacia de Polícia especializada para adolescentes, deverá o adolescente ser encaminhado a esta delegacia, mesmo quando o ato for praticado em companhia de imputável. Quando o ato infracional for praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa, deverá ser lavrado auto de apreensão, com a oitiva de testemunhas, do adolescente, apreensão do produto e instrumentos da infração e requisição de exames ou perícias necessárias à comprovação da materialidade do ato (art.173 do ECA). Se o ato infracional for de natureza leve, basta a lavratura de boletim de ocorrência circunstanciado (art.173, par. único do ECA). Necessário jamais perder de vista que na forma do disposto no art.114 do ECA, a imposição de medidas socioeducativas tem como pressuposto a comprovação da autoria e materialidade da infração. Após as providências citadas, o Ministério Público poderá promover o arquivamento dos autos, conceder remissão ou representar à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa.

Veronese et al. (2001) apontam que a advertência é um aviso, observação, admoestação, proferida verbalmente pelo juiz diretamente ao adolescente na presença dos pais ou responsável, com objetivo de que o adolescente não reincida, ou melhor, não pratique outros atos. Portanto, a advertência tem como objetivo conscientizar o adolescente de modo com que ele não venha a cometer novos atos infracionais, refletir junto com o adolescente para que não tenha o ato infracional como uma prática, como algo rotineiro, conscientizá-lo da responsabilização e consequências.

A advertência é a medida mais leve¹⁰ e geralmente é aplicada para casos de atos infracionais considerados leves e quando é o primeiro contato do adolescente com medidas socioeducativas.

• **Obrigação de reparar o dano:** Esta medida está apresentada na Seção III, do Capítulo IV, do artigo 116:

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único: havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada (ECA, 1990).

Veronese et al. (2001) apresentam as três espécies de reparação de dano que o artigo 116 lista: “Restituição da coisa”: o que foi roubado, furtado ou apropriado de forma indevida deverá ser devolvido a seu dono; “Ressarcimento”: quando houver a destruição da coisa, ou tiver sido alienada, o valor deverá ser repostado; “Compensação”: prestar serviço a vítima, no entanto, só terá validade se o adolescente concordar, nos termos do artigo 112.

¹⁰ Atos infracionais são divididos em leves, graves e gravíssimos e são análogos ao Código Penal: “Leves: atos infracionais análogos a infrações penais de menor potencial ofensivo (pena máxima não superior a dois anos, com base no artigo 61 da Lei 9099/95, alterado pela Lei 11.313/06). Ex: Ameaça 147 CP, calúnia 138 CP, constrangimento ilegal 146 CP, porte de substância entorpecente para uso próprio, artigo 28 da Lei 11.343/06. Também são considerados leves os atos infracionais análogos a crimes de médio potencial ofensivo (pena mínima não superior a um ano, com base no artigo 89 da Lei 9099/95, que autoriza inclusive a suspensão condicional do processo). Ex: Furto 155 CP, estelionato 171 CP, receptação 180 CP, aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento 124 CP.

Graves: atos infracionais análogos a crimes de maior potencial ofensivo (pena mínima superior a 1 ano) cometidos sem violência ou grave ameaça. Ex: Tráfico ilícito de entorpecentes, artigo 33 da Lei 11.343/06, furto qualificado, 155, §4º, CP.

Gravíssimos: atos infracionais análogos a crimes cometidos mediante violência ou grave ameaça à pessoa cuja pena mínima seja superior a 1 ano. Ex: Homicídio 121 CP, roubo 157 CP, extorsão mediante seqüestro 159 CP, estupro 213 CP” (SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PARANÁ, s/d).

Sobre esta medida, Del- Campo (2009, p.177), aponta:

Embora a reparação do dano possa parecer medida adequada à maior parte dos atos infracionais de cunho patrimonial, é preciso atentar para que não sejam os pais do adolescente os verdadeiros responsáveis pelo seu implemento; caso contrário, a reprimenda acabaria fugindo da pessoa do infrator, perdendo seu caráter educativo.

• **Prestação de serviço à comunidade:** O artigo 117 informa que esta medida:

[...] consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como, em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único: as tarefas são atribuídas conforme aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante a jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou a jornada normal de trabalho (ECA, 1990).

Dá-se preferência para a realização desses serviços na própria comunidade dos adolescentes, tendo em vista que os serviços prestados terão retorno para seu local de origem e a própria condição econômica dos mesmos em se deslocarem para outros locais longínquos.

• **Liberdade Assistida:** Conforme os artigos 118 e 119, apresentados na seção V do ECA (1990), a Liberdade Assistida será adotada sempre que se configurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, sendo acompanhada por um técnico capacitado e deverá ser adotada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada ou substituída a qualquer tempo, a depender do orientador¹¹, do Ministério Público ou do Defensor. Poderá ser aplicada como uma primeira medida ou ainda como uma transição para o meio aberto após cumprimento em meio fechado (semiliberdade ou internação). A liberdade assistida tem como objetivo um acompanhamento, auxílio e orientação de forma sistemática, através de um técnico, que promova o adolescente socialmente, assim como sua família. Além de acompanhar o acesso à rede de ensino, aproveitamento escolar, rede de saúde, profissionalização, mercado de trabalho e encaminhar relatórios à esfera judiciária.

Volpi (1999, p. 24) apresenta a Liberdade Assistida como uma medida:

¹¹ Técnico da rede Municipal que executa o Serviço de Proteção aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e serviço de prestação a comunidade.

Coercitiva quando se verifica a necessidade de acompanhamento da vida social do adolescente (escola, trabalho e família). Sua intervenção educativa manifesta-se no acompanhamento personalizado, garantindo-se os aspectos de: proteção, inserção comunitária, cotidiano, manutenção de vínculos familiares, frequência à escola, e inserção no mercado de trabalho e/ou curso profissionalizantes e formativos.

Os artigos 118 e 119 do ECA, apontam os adolescentes como sujeitos livres e em desenvolvimento, portanto, necessitam de apoio e orientação para o exercício da liberdade, para que ocorra um desenvolvimento saudável. Neste sentido, Veronese et al. (2001, p.63-64) destacam que:

[...] A liberdade assistida é a medida socioeducativa de apoio e também de restrições de liberdade. Só pode ser imposta nos casos previstos em lei. A liberdade assistida não é uma sanção penal, mas limita a liberdade em alguns direitos, segundo as condições impostas com vistas aos seus fins pedagógicos.

A medida de Liberdade Assistida garante o direito à convivência familiar e comunitária, logo, o adolescente cumpre a medida judicial, mas em liberdade, tal medida tem como objetivo proporcionar ao adolescente que comete ato infracional o exercício da cidadania, para tanto, a metodologia do Serviço é de cunho excepcionalmente educativo.

Na Liberdade Assistida são priorizadas as práticas da inserção na educação formal, profissional, esportivas e culturais, através de atividades e projetos já existentes na região da residência do adolescente, considerando os anseios e os interesses dos mesmos, pois a proposta da medida é fazer com que os adolescentes passem a interagir de forma participativa na sociedade, criando condições para que ele construa um projeto de vida que contemple uma ruptura com a trajetória nas práticas de atos infracionais.

Volpi (1999, p.40), quanto ao acompanhamento do adolescente que cumpre medida socioeducativa de Liberdade Assistida afirma que:

A liberdade assistida deve, realmente, oportunizar condições de acompanhamento, orientação e apoio ao adolescente inserido no programa, com designação de um orientador judiciário que não se limite a receber o jovem de vez em quando em um gabinete, mas que de fato participe de sua vida, com visitas domiciliares, verificação de sua condição de escolaridade e de trabalho, funcionando como uma espécie de “sombra”, de referencial positivo, capaz de lhe impor limite, noção de autoridade e afeto, oferecendo-lhe alternativas frente aos obstáculos próprios de uma realidade social, familiar e econômica.

A medida socioeducativa de Liberdade Assistida proporciona um atendimento individual, no qual o adolescente reflete sobre si próprio, suas escolhas, seus problemas, suas limitações, seus desejos, objetivos, sonhos, compromissos, expectativas de vida, de futuro e reflete sobre o ato infracional em si. Despertando, então, a responsabilidade por sua conduta, a partir daí, trata-se de identificar quais as abordagens e encaminhamentos para as questões trazidas por cada adolescente.

- **Semiliberdade:** Medida elencada no artigo 120 e se apresenta como medida restritiva de liberdade, porém, não priva totalmente os direitos dos adolescentes, ao contrário, possibilita a realização de tarefas externas, como estudar, trabalhar na condição de aprendiz, realizar cursos. No entanto, no período no qual não exerce as atividades citadas, o adolescente se recolhe ao estabelecimento no qual está cumprindo a medida socioeducativa.

Esta medida, na maioria das vezes, representa o processo de transição entre a medida de Internação para o meio aberto, bem como oportuniza a volta do adolescente ao convívio familiar e comunitário, como pode representar o processo inverso, ou seja, regressão do meio aberto para o meio fechado.

No que tange o direito ao convívio familiar, é um direito prescrito na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), encontra-se também como direito no ECA, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, portanto, assegurar legalmente o direito das crianças e dos adolescentes à convivência familiar significa um marco na história dos direitos das crianças e adolescentes. No entanto, assegurar tal direito é um desafio, neste sentido, ressalta Mito (2008, apud FUCHS, 2009, p.194):

[...] É sabido que as condições materiais de existência vão intervir significativamente no aspecto sociocultural, relacional, afetivo e simbólico tanto da família quanto do adolescente. Quando ele retorna nos finais de semana para o convívio da família ou quando do fim do cumprimento de sua medida, a família que ele encontrará terá mudado muito pouco para recebê-lo.

Fuchs (2009) corrobora com Mito (2008) quando sinaliza que as alternativas têm ficado no âmbito restrito de cada instituição, com abordagens individuais ou em reuniões mensais com as famílias. Em alguns Estados onde existe a administração das Instituições por gestões compartilhadas, os encontros mensais com as famílias envolvem todas as casas administradas pela mesma instituição

gestora, algumas instituições queixam-se da não participação e da ausência das famílias nas reuniões ou na unidade.

Diante da pesquisa realizada por Fuchs (2009), percebe-se que ainda há distanciamento do texto legal para o contexto real, porém, o direito a convivência familiar deve ser uma prática com objetivos de aproximar, evolver e implicar na recuperação do adolescente e proporcionar condições necessárias para que a família possa ser provedora dos cuidados no âmbito familiar.

• **Internação:** Tal medida é mencionada nos artigos 121 a 125 do ECA (1990). Conforme artigo 121, constitui-se como medida socioeducativa privativa de liberdade, sujeita a princípios de brevidade e excepcionalidade e respeito a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A Internação só poderá ser aplicada, de acordo com artigo 122, quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações impostas, por descumprimento reiterado e injustificável da medida anterior imposta.

Instituições de Internação deverão utilizar como base para atendimento o princípio da incompletude institucional, caracterizado por utilizar o máximo de serviço possível, como saúde, educação, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, etc., na própria Instituição. Observando que a Internação deverá prever aspectos relacionados à segurança, na perspectiva de proteção à vida dos adolescentes.

A internação, como medida de privação total de liberdade, deverá ser adotada como última opção, quando nenhuma outra medida socioeducativa for a mais coerente e cabível, com vistas ao processo de socialização e educação do adolescente, pois conforme Volpi (2001, p.55-56):

[...] O indivíduo privado de liberdade insere-se num conjunto de normas, valores, linguagens e rotinas que se configuram em uma realidade totalmente desconectada da vida social em comum. Ainda sobre o caráter dos sistemas de internação, os sistemas de privação de liberdade serão tanto mais eficientes quanto menos fechados forem. O confinamento, a reclusão, a privação de liberdade só se sustentam como alternativa de alienação e castigo. Como forma de ressocialização ou socialização, de recuperação de vínculos sociais positivos ou de possibilidades de inclusão social, a privação de liberdade constituiu-se em uma contradição a qualquer desejo pedagógico.

Porém, não se quer, de modo algum, com essa colocação, fazer defesa para que fiquem impunes aqueles adolescentes que transgrediram a lei, contudo, a Internação como medida privativa deve apropriar-se de métodos socioeducativos para garantir ao adolescente um convívio saudável, com ênfase direcionada para seu desenvolvimento.

Deve-se esclarecer que de forma a garantir o que preconiza o ECA, em janeiro de 2012 foi aprovado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) Lei nº 12.594, sendo um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas, com vistas a normatizar o atendimento de adolescentes em conflito com lei.

O SINASE (2006;2012) será apresentado na próxima seção e nas subseções seguintes, assim como o Plano Individual de Atendimento (PIA), objeto de estudo desse trabalho de conclusão de curso.

2. O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

Esta seção tem como objetivo apresentar o SINASE como um conjunto de leis que fortalece a Doutrina de Proteção Integral, assim como uma nova legislação que visa a normatização junto aos órgãos executores das medidas socioeducativas.

As subseções seguintes têm foco no Plano Individual de Atendimento (PIA), contemplado no artigo 52 do SINASE (2012).

2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SINASE

O ECA (1990) visou atender aos ditames da Constituição Federal de 1988, que desencadeou uma série de novas garantias, exaltando os valores democráticos e humanos da sociedade brasileira. Os direitos da criança e do adolescente não fugiram a esta regra, o constituinte visou à proteção da criança e do adolescente, observando os deveres da sociedade, do Estado e da família no atendimento a estes sujeitos.

Sobre a construção do ECA, Rotondano (2011, p. 161) afirma que:

A construção coletiva do Estatuto da Criança e do Adolescente foi um exemplo de grande significado para a promoção de alterações culturais no Brasil. Nenhuma lei estabelecida no Brasil, até os dias de hoje, teve tão grande participação popular. O espaço para o diálogo social que foi criado naquela oportunidade não teve precedente. Os princípios que embasaram a nova lei provieram de diversas origens, não só de especialistas, não só da população, não só de setores então organizados, mas também das próprias crianças e adolescentes.

De forma a consolidar e garantir os direitos e progressos presentes na legislação específica e colaborar para a efetiva cidadania dos adolescentes em conflito com a lei, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) – órgão responsável por determinar e deliberar questões relacionadas à política de atenção à adolescência, pautada no princípio da democracia participativa – buscou exercer seu papel normatizador e articulador, desenvolvendo debates com diversos atores do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD). Neste sentido, em 2002 o CONANDA e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH/SPDCA), em parceria com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações

Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD), realizaram encontros estaduais, regionais e um encontro nacional com juízes, conselhos de direitos, promotores de justiça, técnicos e gestores de entidades e programas de atendimento socioeducativo.

O objetivo dos encontros com os órgãos operadores do SGD foi debater sobre a execução das medidas socioeducativas, mais especificamente sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas, buscando parâmetros e normativas para a execução dessas medidas. Assim, com base nas questões mencionadas e na discussão acerca da ineficácia do SGD, principalmente no que diz respeito às medidas socioeducativas com objetivos educativos e não com caráter punitivos, uma importante parcela da sociedade resolveu se mobilizar, tendo como resultado o Projeto de Lei 1627/07 – SINASE, no qual se depositaram expectativas de se garantir aos adolescentes os direitos que lhes são devidos.

Sobre o Projeto de Lei do SINASE, Rotondano (2011, p. 162), aponta:

O Projeto de Lei 1627/07 - SINASE - foi elaborado visando fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando diretrizes claras e específicas para a execução das medidas socioeducativas por parte das instituições e profissionais que atuam nesta área. Dessa forma, evitaria interpretações equivocadas de artigos do ECA, que por muitas vezes trazem informações pouco precisas sobre a operacionalização dessas medidas.

O SINASE (2006) foi uma construção coletiva, assim como uma construção legislativa inovadora. Rotondano (2011) aponta dois grandes nomes da área da criança e adolescente que colaboraram para a construção do SINASE, sendo uma professora do Departamento Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Sra. Cândida da Costa, doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Rio Grande do Norte. Ao ser questionada sobre a importância do referido projeto de lei, Sra. Cândida respondeu:

O SINASE vem a normatizar o que já está disposto no ECA, que é um atendimento baseado nos direitos humanos para os adolescentes autores de ato infracional. Ele preconiza a necessidade de se priorizar as medidas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida), obviamente, respeitando a gravidade do ato cometido pelo adolescente. Com o SINASE, foram lançadas as diretrizes para o reordenamento arquitetônico e pedagógico, necessários para a adequada ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medida (ROTONDANO, 2011, p.163).

Jimenez et al. (2012) afirmam que o SINASE foi produto de uma ampla mobilização, visto como um recurso legal pelo qual poderiam ser assegurados aos adolescentes em conflito com a lei os direitos consolidados no nosso ordenamento jurídico, mas, reconhecidamente não presentes no domínio das práticas institucionais.

Diante da mobilização dos mais diversos segmentos para a consolidação da Lei 12.594, em 18 janeiro de 2012 o Sistema de Atendimento Socioeducativo foi promulgado, sendo compreendido na forma legal como:

O conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimentos a adolescentes em conflito com a lei (SINASE, 2012, p. 1).

Com a inserção da Lei do SINASE (2012), mais uma vez, no Brasil, depositou-se amplas esperanças no recurso legal como elemento determinante para assegurar e garantir direitos, constituir procedimentos técnico-administrativos, distribuir competências, dentre outras questões. Jimenez et al. (2012) afirmam que dois aspectos fortemente articulados entre si parecem dar lastro a tais expectativas: o cenário quase que anárquico das unidades da federação em relação ao sistema socioeducativo previsto no ECA e, conseqüentemente, o descompasso entre o plano legal e o plano das práticas.

O SINASE (2012) trouxe uma série de novidades na execução das medidas socioeducativas, apresentando normas e procedimentos desde a parte conceitual até o financiamento do sistema socioeducativo, apontando, objetivamente, responsabilidades e definindo papéis, de modo a potencializar os atendimentos desse público alvo, cuja demanda é complexa e importante, pois como sinalizado anteriormente, a adolescência no contexto brasileiro passou a ser prioridade apenas com a promulgação do ECA, até então, crianças e adolescentes não eram sujeitos de direitos e o sistema era de cunho punitivo.

O SINASE (2012) tem como objetivo a implementação de uma política pública direcionada a adolescentes em conflito com a lei, além de intervenções às famílias, sendo uma política de cunho intersetorial, utilizando de outras políticas e de equipamentos públicos para viabilizar a efetiva doutrina da proteção integral.

Autores como Jimenez et al. (2012) compreendem que o SINASE se configura como um escape de salvação, no entanto, cabe analisar as condições das reais possibilidades de sua efetivação, pois conforme o autor, “pode conter o otimismo” na nova lei.

Para compreender sua estrutura, destaca-se que o SINASE (2012) está dividido em três Títulos. O primeiro aponta as competências, planos de atendimento, programas, avaliação, acompanhamento, responsabilização dos gestores, operadores e entidades de atendimento e o financiamento. O segundo Título apresenta os capítulos referentes à execução das medidas, procedimentos, direitos individuais, plano de atendimento, atenção integral à saúde, visitas e trabalho. O terceiro e último Título tratam das Disposições Transitórias.

Os Títulos do SINASE (2012) não abordam uma questão central na execução das medidas socioeducativas: as diretrizes pedagógicas. A Lei de cunho socioeducativo normatiza a execução, procedimentos e gestão, mas não discute as diretrizes que orientam as propostas pedagógicas, bem como apresenta fragilidades na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) que será objeto de discussão na subseção 2.3.

Sendo assim, podemos identificar que o SINASE (2012), ainda que seja uma lei recente, aponta desafios e possibilidades, ao ponto que alguns autores o compreendem como um avanço, por se tratar de uma normatização específica para adolescentes em conflito com a lei, outros autores já apresentam os limites da efetivação, tendo em vista a burocratização para execução das medidas, dando continuidade às práticas tradicionais, arcaicas e repressivas.

2.2 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS E GESTÃO DOS PROGRAMAS NO SINASE

No interior do SGD existem subsistemas, incluem-se aqueles que regem as políticas sociais básicas de assistência social, de saúde, educação, justiça, e outros, voltados ao atendimento de crianças e adolescentes. É nesse contexto que se insere o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, desde o processo de apuração do ato infracional, aplicação e execução da medida socioeducativa.

No SGD estão incluídos normas e princípios que orientam a política de atenção às crianças e adolescentes, cujas ações são promovidas pelo Poder Público

nas suas esferas: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como pela sociedade civil, sob três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social.

O SINASE (2012) foi elaborado de forma a garantir aos adolescentes em conflito com a lei direitos já constituídos em legislações específicas. O SINASE representa uma nova forma de executar as medidas socioeducativas, a partir de uma lógica que pode ser compreendida em três distintas dimensões, conforme consta no Caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome¹² (MDS, 2012, p. 39):

Trata-se de uma responsabilização individual, em razão da prática de uma conduta sancionada pelo Estado, trata-se da possibilidade de vivência de tal processo de responsabilização como apropriação ou compreensão acerca do ato praticado, seu significado pessoal e social, e também se trata de um processo de aquisição de direitos sociais, em geral, violados, ou não garantidos até então. A partir do claro entendimento dessas três dimensões é que deve estruturar-se o atendimento para a execução das medidas socioeducativas.

O SINASE (2012) elaborou um sistema no qual foram definidas as competências de organização, financiamento do atendimento, com espaços para articulação de critérios e transferência de recursos, manutenção e padrões de qualidade no atendimento, assim como a intersetorialidade¹³ com outras políticas públicas, de forma a garantir a proteção integral destinadas a todos os adolescentes.

A figura nº 1 apresenta a localização do SINASE e as relações com as demais políticas públicas no Sistema de Garantia de Direitos.

SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

¹² Orientações Técnicas em versão preliminar disponibilizada aos participantes da capacitação sobre o Serviço de LA e PSC, realizada em Brasília, nos dias 27,28 e 29 de agosto de 2012, com a participação de representantes dos 27 Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

¹³ Conforme Miotto e Schütz (2011, p. 5) “a intersetorialidade envolve ações integradas de distintos setores, no atendimento da população, cujas necessidades são pensadas a partir de sua realidade concreta, de modo a colocar em pauta as peculiaridades de suas condições de vida”. “[...] Tal processo propicia a cada setor a ampliação de sua capacidade de analisar e de transformar seu modo de operar a partir do convívio com a perspectiva dos outros setores, abrindo caminho para que os esforços de todos sejam mais efetivos e eficazes” (Ibidem, p. 11).



Figura 1: Políticas públicas que compõem o sistema de garantias de direitos, conforme princípios elencados no ECA (1990) e SINASE (2012).

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Em relação à política de Saúde, o SINASE (2012) tratou de elencar um capítulo inteiro da lei para normatizar a execução referente à atenção integral à saúde de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. No capítulo V, o artigo 60 determina diretrizes a serem seguidas a fim de promover ações de promoção à saúde, com objetivo de integrar ações socioeducativas, estimulando a autoestima, a melhoria das relações interpessoais e fortalecimento de redes de apoio aos adolescentes e suas famílias. O capítulo V desta lei também faz menção quanto à inclusão de ações e serviços para promoção, proteção, prevenção de agravos e doenças e recuperação de saúde, determinando cuidados especiais para adolescentes que demandam de orientação e encaminhamentos para questões relacionadas à saúde mental¹⁴ e com dependência de álcool e substâncias psicoativas. O SINASE (2012) também pontua a criação de ações de atenção à saúde sexual, por meio de referência e contrarreferência, de acordo com normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

¹⁴ O artigo 64 do SINASE (2012), normatiza a avaliação do cumprimento da medida, por parte da equipe multidisciplinar, nos casos nos quais sejam apresentados demandas de transtorno mental e dependência de álcool e de substâncias psicoativas.

Quando se tratar de medida socioeducativa de privação de liberdade, o SINASE (2012) em seu artigo 62, pontua a importância de prestar atendimento em relação às necessidades de atenção básica nas estruturas das unidades de internação, contando com uma equipe mínima, e quando se tratar de medidas em meio aberto e de semiliberdade, o SINASE (2012) em seu artigo 61, sinaliza que as entidades de atendimento deverão prestar orientações aos socioeducandos sobre o acesso aos serviços e às unidades do SUS.

O SINASE (2006), aponta entre outros, a articulação com a rede educacional em três eixos, sendo o primeiro as intervenções comuns a todas às instituições ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas; o segundo eixo refere-se às intervenções específicas para instituições que executam medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, e o terceiro eixo intervenções específicas às entidades ou programas que executam a internação provisória.

Em relação às intervenções que são comuns para internações provisórias e para medidas socioeducativas consta no SINASE (2006, p. 69):

- 1) consolidar parcerias com órgãos executivos do Sistema de Ensino visando o cumprimento do capítulo IV (em especial os artigos 53, 54, 56, e 57) do ECA e, sobretudo, a garantia de regresso, sucesso e permanência dos adolescentes na rede formal de ensino;
- 2) redirecionar a estrutura e organização da escola (espaço, tempo, currículo) de modo que favoreça a dinamização das ações pedagógicas, ao convívio em equipes de discussões e reflexões e que estimulem o aprendizado e as trocas de informações, rompendo, assim, com a repetição, rotina e burocracia;
- 3) propiciar condições adequadas aos adolescentes para a apropriação e produção do conhecimento;
- 4) garantir o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo de acordo com sua necessidade;
- 5) estreitar relações com as escolas para que conheçam a proposta pedagógica das entidades e/ou programas que executam o atendimento socioeducativo e sua metodologia de acompanhamento aos adolescentes;
- 6) desenvolver os conteúdos escolares, artísticos, culturais e ocupacionais de maneira interdisciplinar no atendimento socioeducativo; e
- 7) permitir o acesso à educação escolar considerando as particularidades do adolescente com deficiência, equiparando as oportunidades em todas as áreas (transporte, materiais didáticos e pedagógicos, equipamento e currículo, acompanhamento especial escolar, currículo, capacitação de professores, instrutores e profissionais especializados, entre outros) de acordo com o Decreto nº 3.298/99.

No que diz respeito às intervenções específicas à medida de semiliberdade e internação, o SINASE (2006, p.70), aponta que o sistema educacional deverá:

- 1) garantir na programação das atividades, espaço para acompanhamento sistemático das tarefas escolares, auxiliando o adolescente em possíveis dificuldades, contudo, trabalhando para sua autonomia e responsabilidade;
- 2) construir sintonia entre a escola e o projeto pedagógico do programa de internação, sendo as atividades conseqüentes, complementares e integradas em relação à metodologia, conteúdo e forma de serem oferecidas (exclusivo para internação);
- 3) garantir o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, podendo, para tanto, haver Unidade escolar localizada no interior do programa; Unidade vinculada à escola existente na comunidade ou inclusão na rede pública externa.

O terceiro eixo do sistema educacional apontado no SINASE (2006, p. 70) refere-se às entidades ou programas que executam a internação provisória, na qual devem:

- 1) oferecer atividades pedagógicas que estimulem a aproximação com a escola. Nos casos em que o adolescente esteja regularmente freqüentando a rede oficial, é importante que seja estabelecido contato imediato com a escola de origem para que o adolescente tenha acesso ao conteúdo formal mesmo durante o período de internação provisória; e
- 2) desenvolver metodologia específica que garanta abordagens curriculares correspondentes com o nível de ensino de forma a adequar-se ao tempo de permanência na internação provisória.

O artigo 8 do SINASE (2012) apresenta também a articulação com a Cultura, Esporte e Lazer, neste sentido determina que deve-se materializar parcerias com as Secretarias de esporte, cultura e lazer ou similares visando o cumprimento dos artigos 58 e 59 do ECA, assim como propiciar o acesso às programações culturais (teatro, literatura, dança, música, artes), constituindo espaços que venha oportunizar a vivência de diferentes atividades culturais e artísticas, oportunizando também qualificação artística, respeitando as aptidões dos adolescentes, devendo assegurar e consolidar parcerias com Secretarias estaduais e municipais, órgãos e similares responsáveis pela política pública, Organizações Não Governamental e iniciativa privada no desenvolvimento e oferta de programas culturais, esportivos e de lazer aos adolescentes (SINASE, 2006, p.70).

Ainda sobre o SGD, o SINASE (2006), estabelece articulação com a rede de profissionalização para o trabalho, neste sentido aponta as seguintes orientações:

- 1) consolidar parcerias com as Secretarias de Trabalho ou órgãos similares visando o cumprimento do artigo 69 do ECA;
- 2) possibilitar aos adolescentes o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, específicas e de gestão e a compreensão sobre a forma de estruturação e funcionamento do mundo do trabalho. Juntamente com o desenvolvimento das competências pessoal (aprender a ser), relacional (aprender a conviver) e a cognitiva (aprender a conhecer), os adolescentes devem desenvolver a competência produtiva (aprender a

fazer), o que além de sua inserção no mercado de trabalho contribuirá, também, para viver e conviver numa sociedade moderna;

3) oferecer ao adolescente formação profissional no âmbito da educação profissional, cursos e programas de formação inicial e continuada e, também, de educação profissional técnica de nível médio com certificação reconhecida que favoreçam sua inserção no mercado de trabalho mediante desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes. A escolha do curso deverá respeitar os interesses e anseios dos adolescentes e ser pertinente às demandas do mercado de trabalho;

4) encaminhar os adolescentes ao mercado de trabalho desenvolvendo ações concretas e planejadas no sentido de inseri-los no mercado formal, em estágios remunerados, a partir de convênios com empresas privadas ou públicas, considerando, contudo, o aspecto formativo;

5) priorizar vagas ou postos de trabalho nos programas governamentais para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;

6) equiparar as oportunidades referentes à profissionalização/trabalho aos adolescentes com deficiência em observância ao Decreto nº 3.298 de 20/12/99;

7) desenvolver atividades de geração de renda durante o atendimento socioeducativo que venham a ampliar competências, habilidades básicas, específicas e de gestão, gerando renda para os adolescentes;

8) promover ações de orientação, conscientização e capacitação dos adolescentes sobre seus direitos e deveres em relação à previdência social e sua importância e proteção ao garantir ao trabalhador e sua família uma renda substitutiva do salário e a cobertura dos chamados riscos sociais (tais como: idade avançada, acidente, doença, maternidade, reclusão e invalidez, entre outros), geradores de limitação ou incapacidade para o trabalho.

O SGD ainda prevê a articulação com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Na Política da Assistência Social a garantia da atenção aos usuários é organizada a partir dos níveis de atenção, sendo eles o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na atenção básica e preventiva e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na atenção especial, quando há situações de violação de direitos, nestes casos, conforme Gomes (2012, p.79) “cabe a hierarquização dos serviços de acordo com a complexidade das situações – média complexidade e alta complexidade, na ocorrência de rupturas de vínculos familiares e sociais”.

Ainda sobre a relação SUAS/SINASE, Gomes (2012, p. 79), destaca:

Na intersecção SUAS/SINASE, merece destaque examinar o modo como as medidas socioeducativas em meio aberto vem se processando. O SINASE, desde 2006, ratifica a disposição do ECA, ao priorizar a execução dessas medidas considerando a importância da preservação dos vínculos familiares e sociais que devem ser garantidos ao adolescente em cumprimento de medida determinada judicialmente, em seu território de vida e mantendo-os próximos aos grupos familiares e sociais. O sinônimo desta questão é a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto - liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade -, fato que vem ocorrendo acompanhado do cofinanciamento federal, no campo da assistência social, de forma mais expressiva desde 2008. Em 2010, havia 40.657 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto, dado significativo face

aos 17.703 que cumpriam medidas privativas de liberdade (semiliberdade e internação).

Com os dados de Gomes (2012), cabe ressaltar o que o SINASE (2006) já havia priorizado as medidas socioeducativas em meio aberto em detrimento das medidas em meio fechado, pois se entende que as medidas privativas de liberdade para adolescentes, da forma como estas vêm sendo implementadas¹⁵, tem resultados opostos, produzindo estigmatização, prisionalização, preconceito e maior criminalidade, o que é contrário ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Neste sentido sinaliza Veronese e Oliveira (2008, p. 104):

O aprisionamento, ao invés de possibilitar o retorno de um indivíduo que praticou um delito, praticamente torna esse objetivo inviável, sobretudo se considerarmos que as instituições de custódia acama por ser efetivadoras do fenômeno da prisionalização, ou seja, desencadeiam um processo de aculturação, o qual consiste na assimilação pelo detento dos valores e métodos criminais dos demais reclusos. Além disso, faz com que se perca a capacidade de viver a diversidade, isso porque, uma vez dentro de uma instituição, convive-se apenas com pessoas do mesmo sexo, com histórias de vida similares a sua, o que poderá levar a uma perda de identidade pessoal, constituindo o que se tem denominado *fenômeno da institucionalização*. Há que se considerar, ainda, os efeitos danosos da estigmatização, pois, mesmo cumprindo a pena em sua totalidade, a pessoa condenada ficará marcada e sofrerá uma segunda rejeição social, de modo que dificilmente conseguirá um emprego ou uma forma “lícita” para manter-se e é justamente por isso que são elevados os números de reincidência.

Por outro lado, priorizou-se a regionalização das medidas de privação de liberdade, garantindo assim o direito a convivência familiar e comunitária, respeitando também as particularidades culturais. Diante disto, percebe-se que o SINASE (2006) priorizou as medidas em meio aberto mediante a articulação de políticas intersetoriais e a constituição de redes de apoio nas comunidades.

Como consta na figura 1, o SINASE (2006) pontuou o Sistema de Justiça e Segurança Pública em dois eixos, sendo o primeiro comum a todas as entidades ou programas que executam a internação provisória, semiliberdade e a internação, na qual devem ter determinadas orientações, onde dentre elas pode-se citar a necessidade de estruturar e organizar as ações do cotidiano socioeducativo, buscando prevenir situações limite (brigas, motins, fugas, agressões, etc.), assegurar revista às famílias de forma humanizada e digna, utilizar a contenção dos

¹⁵ Para mais informações sugere-se a leitura de Meggiato (2008) e Baptista (2007).

adolescentes apenas como recurso para situações extremas que envolvam risco à sua integridade e de outrem, dentre outras.

No segundo eixo da política de segurança, o SINASE (2006) aponta as intervenções junto às entidades que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação, destacando que devem elaborar plano de segurança institucional no espaço interno e externo em parceria com a Polícia Militar, garantir segurança externa no período de 24 horas, adotar medidas de segurança para os adolescentes de forma a garantir a integridade física, moral e psicológica, ofertar atividades socioeducativas (culturais, lazer, profissionalizante, escolar, etc.).

Além da necessária articulação intersetorial entre o SINASE e as demais políticas públicas elencadas no SGD, descritas no decorrer desta subseção, o SINASE (2012) em seu artigo 12 determina que a composição da equipe técnica, que executará as medidas socioeducativas, seja interdisciplinar, compreendendo no mínimo profissionais da área da saúde, educação e assistência social. Neste sentido, o SINASE (2006, p. 47), conceitua equipe interdisciplinar como sendo:

Grupos de agentes de diferentes áreas do conhecimento e especialidades, que se formam levando, prioritariamente, em consideração, a reinvenção de suas interfaces. Devem ser promovidos encontros sistemáticos e se guiarem pelo projeto pedagógico do programa de atendimento socioeducativo.

Corroborando com o conceito do SINASE, Vasconcelos (1997), afirma que a interdisciplinaridade é um nível avançado de cooperação e coordenação, de forma que todo conhecimento seja valorizado, com relações de intersubjetividade e de co-propriedade baseadas em uma atitude de diálogo. Nesta interação e articulação entre as diversas áreas do saber envolvidas, é preciso haver respeito à autonomia e à criatividade inerentes a cada uma destas áreas, para que não sejam influenciadas ou excluídas deste processo.

O SINASE (2012), em seu artigo 12, determina apenas a composição da equipe técnica, porém, não especifica a forma de contratação dos profissionais, podendo acarretar em contratações terceirizadas e, conseqüentemente, precarizadas, não possibilitando por vezes a formação de vínculos entre o profissional e o adolescente, em função da alta rotatividade que contratações terceirizadas normalmente geram. No entanto, o SINASE (2006) pontua que a relação educativa pressupõe o estabelecimento de vínculo, que por sua vez

depende do grau de conhecimento do adolescente. Portanto, é necessário que o profissional disponha de um plano de trabalho que o possibilite tempo para desenvolver ações burocráticas do Serviço, mas, também, para realizar os atendimentos, refletir sobre os mesmos, sistematizar sua ação e prestar os encaminhamentos necessários. E, avalia-se que esse trabalho só é possível quando cada profissional tiver um grupo reduzido de famílias (visto que o adolescente não é visto de forma isolada) sob sua responsabilidade.

Como forma de garantir o atendimento socioeducativo na perspectiva pedagógica, o SINASE (2006, p. 48) prevê equipes técnicas diferenciadas para cada modalidade de atendimento, sendo assim dividida:

Específico para entidades ou programas que executam a medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade:

Na execução da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade a equipe mínima deve ser composta por:

01 técnico para cada vinte adolescentes, 01 Referência socioeducativo para cada grupo de até dez adolescentes e 01 orientador socioeducativo para até dois adolescentes simultaneamente a fim de garantir a individualização do atendimento que a medida pressupõe.

Na execução da medida socioeducativa de liberdade assistida a equipe mínima deve ser composta por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, garantindo-se o atendimento psicossocial e jurídico pelo próprio programa ou pela rede de serviços existente, sendo a relação quantitativa determinada pelo número de adolescentes atendidos:

Em se tratando Liberdade Assistida Institucional (LAI), cada técnico acompanhará simultaneamente no máximo a vinte adolescentes.

Específico para entidades e/ou programas que executam a medida socioeducativa de semiliberdade:

Para atender até vinte adolescentes na medida socioeducativa de semiliberdade a equipe mínima deve ser composta por 01 coordenador técnico, 01 assistente social, 01 psicólogo e 01 pedagogo, 01 advogado (defesa técnica), 02 socioeducadores em cada jornada, 01 coordenador administrativo e demais cargos nesta área, conforme a demanda do atendimento.

Específico para entidades e/ou programas que executam a medida socioeducativa de internação:

Para atender até quarenta adolescentes na medida socioeducativa de internação a equipe mínima deve ser composta por 01 diretor, 01 coordenador técnico, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 pedagogo, 01 advogado (defesa técnica). Demais profissionais necessários para o desenvolvimento de saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração, socioeducadores.

Para efetivar a execução das medidas socioeducativas, o SINASE (2012), em seu artigo 2, determina que será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais, sendo estes responsáveis pela implementação dos programas de atendimento a adolescentes ao qual seja aplicada medida socioeducativa. O SINASE (2012), em seus artigos 3, 4 e 5, aponta as competências

específicas de cada ente federado, no entanto, todos se relacionam, porém, vale destacar que à União cabe elaborar o Plano Nacional de Atendimento socioeducativo, aos Estados cabe a elaboração do Plano estadual para execução das medidas de semiliberdade e internação, e ao Município cabe a elaboração do Plano Municipal de atendimento, em conformidade com o plano Federal e Estadual, para executar as medidas em meio aberto de Liberdade Assistida e Serviço de Prestação à Comunidade. Desta forma, pode-se compreender que a divisão de responsabilidades para cada ente federado possibilita a efetivação do que preconiza o SINASE (2012), visto que tanto o Estado quanto os municípios reverão as estruturas e a funcionalidade dos serviços de atendimento socioeducativo.

O SINASE (2006; 2012), em seus diversos artigos, orientou e determinou a execução das MSE, tendo em vista a complexidade da realidade que envolve a adolescência e seus direitos. A elaboração da lei que regulamenta a execução das MSE parte do pressuposto de que não se tem o desejo de produzir receitas ou manuais, nem de que se tenham cartilhas rígidas para serem seguidas, no entanto, considerando que os adolescentes das mais diversas realidades brasileiras têm os mesmos direitos a serem garantidos e que a efetividade de tais direitos depende, também, da padronização dos serviços públicos a serem ofertados, o SINASE foi criado, dentre outras questões, com o objetivo de efetivar tais direitos, pois como já apresentado no decorrer da subseção 1.2, no Brasil existe uma distância entre o campo legal e o campo real no que diz respeito às legislações e, no caso aqui pontuado, acerca da criança e do adolescente.

Diante disto, Jimenez et al. (2012, p. 4), afirmam:

A despeito da complexidade política e pedagógica que caracteriza essa questão, o SINASE, ao assumir uma orientação essencialmente burocrática e de controle (marca cultural brasileira com relação às políticas públicas), tanto na organização do próprio sistema (exemplo disto é o questionável nível de participação dos adolescentes, famílias e comunidade) quando em torno dos programas socioeducativos, deixou de lado os percursos sócio históricos, que foram democraticamente institucionalizando com o ECA. Para se ter uma visão mais contextualizada da situação, consideremos três dimensões importantes. A primeira dimensão diz respeito à própria execução das medidas socioeducativas, subjacentes aos modelos pedagógicos em funcionamento no Brasil. É necessário reconhecer a alarmante realidade em que estão inseridos milhares de adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade, e, ao mesmo tempo, a fragilidade dos programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. A segunda dimensão diz respeito ao conceito de ação socioeducativa e a terceira dimensão requer conceber o Plano de Atendimento Socioeducativo articulado, de fato, a princípios democráticos e dos direitos humanos.

Cabe ressaltar que neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não se tem o objetivo de uma análise detalhada de todo o conteúdo do SINASE, pois a lei ainda é objeto de discussão, sendo recentemente promulgada.

Em agosto de 2012 o MDS promoveu uma Capacitação em Brasília para debater as orientações técnicas de execução das MSE diante disto, no mês de setembro de 2012, a Secretaria de Assistência Social do Estado de Santa Catarina promoveu um encontro estadual com os Serviços de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, para que profissionais debatessem acerca do Caderno de Orientações técnicas, elaborado a partir do encontro nacional realizado em Brasília. Desta forma, podemos concluir que o debate sobre o SINASE está ocorrendo nos diversos âmbitos da federação, portanto, a lei está sendo avaliada, revisada e a partir dos encontros, assistentes sociais, psicólogos e demais técnicos estão sugerindo alterações de forma a melhorar e garantir direitos de adolescentes em conflitos com a lei.

Assim, com base no pontuado, enfatiza-se, ainda, que de forma a garantir a elaboração coletiva (técnico, família e adolescente) de uma proposta de intervenção socioeducativa, o artigo 52 do SINASE apresenta o Plano Individual de Atendimento (PIA), que é um instrumento de previsão, registro e gestão de atividades a serem desenvolvidas com os adolescentes em cumprimento de MSE, propondo a inserção social do mesmo e a construção de um novo projeto de vida que rompa com a prática de ato infracional. O PIA, suas possibilidades e desafios, será abordado da subseção seguinte, sendo este o objeto de estudo deste trabalho.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) EM QUESTÃO

O Plano Individual de Atendimento (PIA) está contemplado no artigo 52 do SINASE (2012), no qual se estabelece que o cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de PSC, LA, semiliberdade ou internação, dependerá da elaboração do PIA. Isto é, o referido Plano aparece como uma exigência fundamental à execução das MSE, seguindo, em parte, o que já havia sido apresentado no documento do SINASE aprovado em 2006 pelo CONANDA.

Ainda com relação ao artigo 52 mencionado, destaca-se que este conceitua o PIA como um “[...] instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com os adolescentes” (SINASE, 2012). Assim, o PIA, conforme SINASE (2012) em seu artigo 53, é um instrumento a ser construído obrigatoriamente pela equipe de atendimento em conjunto com o adolescente e sua família. Neste instrumento serão acordadas, dentre outras questões detalhadas a posteriori, metas e intenções para que o adolescente não reincida na prática de ato infracional, bem como estabeleça um novo plano de vida. Assim, com essa prerrogativa, o SINASE (2012) ressalta que a integração social do adolescente e a garantia dos seus direitos individuais e sociais se darão por meio do cumprimento do seu plano individual de atendimento.

Conforme Frassetto et al. (2012, p. 38), a exigência da lei em estabelecer metas e intenções por meio do PIA busca acelerar e organizar:

[...] um procedimento técnico que já vinha sendo aplicado desde a aprovação do ECA por algumas equipes profissionais que conseguiram avançar na oferta de um atendimento que prosseguia para além da elaboração de avaliações e diagnósticos e estabelecia um plano personalizado de intervenção, percebendo a relevância de uma ação educativa singularizada para apoiar a realização das expectativas em relação ao processo de desenvolvimento do adolescente e sua inserção social.

Frassetto et al. (2012) também relembram que na década de 1980, no contexto do movimento de renovação democrática, as diretrizes educacionais da antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), ousaram – com uma boa dose de utopia pedagógica – propor que se buscasse tornar os adolescentes sujeitos de sua história, ajudando-os a construir um novo projeto de vida, para o que se recomendava um planejamento caso a caso.

Complementando o exposto, o Caderno de Orientações Técnicas do MDS (2012), apresenta o PIA como um instrumento de trabalho e, como tal, deve ser dinâmico e flexível, podendo ser replanejado, sendo que os pactos podem também ser alterados sempre que as partes entenderem que existe a necessidade, pois há flexibilidade para reelaborar e reavaliar o PIA.

O SINASE (2012), o Caderno de Orientações Técnicas sobre o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade (MDS, 2012), assim como o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da

Universidade de Brasília (CEAG, 2012) apontam que o PIA tem como objetivo garantir uma abordagem individual, considerando as singularidades de cada adolescente e suas histórias de vida, construindo assim um novo projeto de vida. Também pontuam como objetivo garantir a participação do adolescente e sua família nas metas e compromissos viáveis que possam auxiliar a organizar o seu presente e criar perspectivas de futuro desvinculados da prática de ato infracional e, para garantir os dois primeiros objetivos, faz-se necessário a integração das políticas públicas.

Sobre o primeiro objetivo pontuado, construir um projeto de vida, parte-se do pressuposto que:

[...] permite aos indivíduos que tenham chegado a uma certa etapa de sua existência, antecipar a sequência seguinte, diante do enfraquecimento, até mesmo do desaparecimento dos tradicionais ritos de passagem. Ele serve para definir as condições de escolha e de orientação que se apresentam nas etapas-chave da existência. Em relação à adolescência, tal projeto se objetiva como projeto de orientação e inserção profissional, sobre o projeto de vida, refere-se a um projeto de maior prazo, de natureza mais familiar, que diz respeito à adoção de um modelo de vida (BOUTINET, 2002, apud, FRASSETTO et al., 2012, p. 39).

Dito isso, pensar um novo projeto de vida lembra-nos também da necessidade de posicionar o PIA no projeto de vida de cada adolescente, uma vez que:

Como sujeito integral, qualquer intervenção que toque sua individualidade conduzirá a uma reconstrução de significados que trazem marcas de seu contexto histórico, social, cultural e econômico. O delito ocorre num continuum de aprendizagens consideradas boas ou más, que compõem uma biografia que não pode ser refeita, mas pode ser replanejada em direção ao futuro. No momento da elaboração do PIA, se presentificam os elos dessa biografia e se desenham futuros possíveis". (FRASSETTO et al., 2012, p.39).

No que diz respeito à participação do adolescente na construção do PIA, e consequentemente no seu novo projeto de vida, Frassetto et al. (2012, p. 29) afirmam:

A referência à garantia de direitos por meio de cumprimento do Plano Individual de atendimento introduz um outro claro limitador à discricionariedade do programa e do juiz no gerenciamento da medida: a participação obrigatória do adolescente na construção do plano submete a boa intenção dos adultos a algum crivo crítico do próprio destinatário da ação protetora. Deve ficar claro que a medida socioeducativa não se justifica com essa finalidade exclusiva de garantir direitos.

Diante dessas questões avalia-se, portanto, que o PIA, é o documento que mais determina o lugar que os adolescentes e suas famílias ocupam na execução

das MSE. E, além disso, a partir da elaboração de tal instrumento, acredita-se que a criação de vínculos torna-se uma *possibilidade* ainda mais concreta, pelo fato do adolescente participar, ainda que obrigatoriamente, desse processo e, com isso, poderá refletir sobre seu próprio projeto de vida e re-descobrir suas potencialidades e pactuá-las com vistas a desvinculação com atos infracionais, além de ser uma *possibilidade* também no sentido de que a responsabilidade é de mão dupla: o adolescente é responsabilizado pelo ato cometido, e o Estado também se responsabiliza em prover os direitos básicos.

Mas, como afirma Malvasi (2012, p. 7):

Numa proposição ideal, os adolescentes e suas famílias pactuariam os passos, os possíveis obstáculos e as estratégias de ação. Até hoje, entretanto, a experiência concreta tem mostrado que instrumentos de gestão, como o PIA, ficam sob o poder exclusivo dos técnicos, psicólogos e assistentes sociais. Os adolescentes têm permanecido, em muitos casos, apenas como objeto de intervenção.

Embora a lei tenha a garantia da participação dos adolescentes e sua família na elaboração do PIA, podemos observar que, conforme Malvasi (2012) já citou, é um *desafio* extinguir a diferença de poder entre diferentes profissionais do campo socioeducativo e, sobretudo, os próprios adolescentes, que são percebidos como pessoas que precisam de tutela e de intervenção.

Menciona-se, ainda, que o PIA tem também por objetivo possibilitar a integração das políticas setoriais, como abordado na subseção anterior, devendo constar, portanto, estratégias de articulação com o SGD. Desta forma, deve pautar-se nos preceitos da intersetorialidade com outras políticas e demais órgãos de direitos. Consta no Caderno de Orientações Técnicas (MDS, 2012) que a articulação do atendimento deve prever não apenas a busca e a vaga na rede de atendimento, mas a discussão da situação do adolescente e sua família com os profissionais da rede de Serviços, o acompanhamento dos resultados esperados e alcançados ou dos eventuais problemas enfrentados.

A intersetorialidade consta no SINASE como uma rede de atendimento para efetivar os direitos violados dos adolescentes e atender as demandas apresentadas por este e por sua família. No entanto, podemos destacá-la simultaneamente como *possibilidade e desafio*, pois se de um lado a intersetorialidade é garantida na legislação, de outro lado, a precarização e fragmentação das políticas públicas torna-se um *desafio* para que as metas pactuadas no PIA sejam realizadas.

O SINASE (2006;2012) enfatiza a intersetorialidade entre as políticas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, entre outras, como forma de garantir os direitos já previstos no ECA (1990) aos adolescentes em conflito com a lei. O SINASE (2012) determina também que o acesso aos serviços públicos, no caso de adolescentes em privação de liberdade, deve ser feito em núcleos externos às unidades, o que pode vir a possibilitar uma integração com a comunidade, bem como diminuir o preconceito existente para com os adolescentes em conflito com a lei.

Neste sentido, sinaliza Sposato (2006) que para garantir a intersetorialidade, é necessário a articulação entre conselhos municipais e estaduais para deliberar sobre políticas, e assim, envolver as secretarias setoriais no oferecimento dos serviços públicos aos adolescentes em conflito com a lei, não deixando a cargo apenas do gestor socioeducativo.

Podemos compreender a intersetorialidade como uma *possibilidade*, se analisarmos sob a lógica na qual Miotto e Schutz (2011) trazem como sendo as ações que envolvem os mais distintos setores que atendem a população, sendo que suas necessidades devem ser pensadas e executadas a partir da realidade concreta de cada indivíduo ou família. Mas, ao mesmo instante, identifica-se a intersetorialidade como um *desafio* quando temos a consciência de que a efetividade das políticas só acontecerá a partir da capacidade e comprometimento de cada setor em analisar e transformar seu modo de operar a partir do convívio com a perspectiva dos outros setores, abrindo caminho para que os esforços de todos sejam mais efetivos e eficazes.

A articulação do atendimento, como já consta no MDS (2012), deve prever a discussão sobre o adolescente e sua família com profissionais da rede de Serviços, desta forma, cabe ressaltar que a interdisciplinaridade possibilita novos olhares e novos desafios. O SINASE (2012), em seu artigo 12 determina a composição da equipe técnica, sendo esta interdisciplinar, compreendendo profissionais da área da saúde, educação e assistência social, já em seu artigo 54 o SINASE (2012), aponta que deverá constar no PIA a avaliação interdisciplinar, possibilitando assim:

O vínculo de integração no processo de trabalho, ainda que no plano teórico não haja uma articulação efetiva, assim, a interdisciplinaridade é mais do que a simples comunicação, podendo ser vislumbrada quando a comunicação ou diálogo sobre e entre saberes e práticas gerar uma

integração mútua, constituindo novos saberes e novas práticas, que busquem a resolução de um problema concreto. (Nogueira, 1998, p. 4).

Para alcançar os objetivos, conforme o documento do SINASE elaborado em 2006, o PIA possui três fases, sendo elas: atendimento, intermediária e conclusiva. A primeira fase, o atendimento, consiste no acolhimento, reconhecimento e elaboração por parte do adolescente do processo de convivência individual e grupal, tendo como base as metas estabelecidas no PIA. A segunda fase, a intermediária, refere-se ao período de compartilhamento em que o adolescente apresenta avanços relacionados nas metas pactuadas no PIA, e a fase conclusiva é o período no qual o adolescente apresenta clareza e conscientização das metas conquistadas em seu processo socioeducativo.

Após o acolhimento do adolescente no Serviço de MSE em meio aberto, o PIA, conforme consta no artigo 56 do SINASE (2012), deverá ser elaborado no prazo de quinze dias, a contar do ingresso do adolescente no Serviço e deverá ser encaminhado à autoridade judiciária. Após o recebimento o (a) Juiz (a) tem o prazo de três dias para dar vistas, podendo homologar ou impugnar o PIA. Nos casos da impugnação, o Serviço deverá elaborar novo PIA. Para as MSE em meio fechado, o prazo para elaboração será de quarenta e cinco dias, a contar da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

Ou seja, o SINASE (2012) estabelece que o PIA seja homologado pela autoridade judiciária, sendo possível que esta requeira informações complementares, ou ainda, poderá impugnar o PIA apresentado. Frassetto et al. (2012, p. 47) afirmam que “a competência técnica e o rigor na elaboração do PIA são pressupostos para que este seja referendado pelo Sistema de Justiça”.

Pondera-se que esta questão do estabelecimento de prazos é um tópico importante e necessário a ser discutido no âmbito dos Serviços que executam as MSE. Primeiro, destaca-se que se o envio do PIA para o Judiciário implicar numa maior articulação entre os serviços de execução e os de aplicação das MSE, esta será uma *possibilidade* de responsabilizar, mas também, garantir os direitos dos adolescentes de forma mais integral. Porém, o envio pode, também, criar uma subordinação excessiva, consistindo num *desafio* para sua construção, visto que, por vezes, este instrumento pode vir a ser enviado apenas para cumprir uma exigência estabelecida na lei e, com isso, criar um distanciamento entre as esferas

envolvidas com os adolescentes em cumprimento de MSE. Ou seja, corrobora-se com o pontuado por Frassetto et al. (2012, p. 48) quando destaca que:

Na intenção de garantir o adequado atendimento, as exigências e pressões podem criar uma resistência passiva que se objetiva na forma de um plano fictício, burocrático, sem uma efetiva participação do adolescente e sua família, sobretudo, em seu envolvimento efetivo, como seria de se esperar. Assim, se por um lado a regulamentação e a formalização trazidas pela lei inserem o adolescente em um novo patamar de garantias legais, por outro lado o excesso de judicialização e prazos podem engessar, de certo modo, algumas possibilidades de inovação, tornando os profissionais reféns de procedimentos formais e burocráticos com menos tempo de motivação para aprofundar seu conhecimento sobre o adolescente e realizar um atendimento de qualidade.

E, um segundo aspecto a ser refletido, já mencionado na citação anterior, diz respeito ao prazo do envio do PIA. Ou seja, pontua-se que o estabelecimento do prazo é um *desafio* para elaboração do PIA e, lembrando os objetivos do mesmo, concorda-se com Boutinet (2002) quando este afirma que um projeto de vida requer um prazo maior, contrariando o que determina o artigo 56 do SINASE (2012), já mencionado.

Cabe sinalizar também que os Serviços que executam as MSE, na maioria das vezes, não dispõem de recursos (humanos e físicos) suficientes para elaborar o PIA no prazo estipulado, o que também consiste num *desafio* para sua elaboração, pois nem sempre as equipes dispõem das condições necessárias para “[...] conseguir atendimento especializado e assim alcançar a participação e o envolvimento efetivo do adolescente e da família na elaboração do PIA”, como prevê o artigo 53 do SINASE” (FRASSETTO, et al., 2012, p. 47). E, além dos serviços que executam as medidas, os espaços das Varas da Infância e da Juventude para onde os Planos são encaminhados, possivelmente não dispõem também de tempo e estrutura para uma leitura e avaliação deste instrumento.

Sobre essa questão da equipe do Judiciário, destaca-se que o SINASE (2006), por sua vez, não estabelece o quadro de pessoal que deverá compor essa esfera, o que é um *desafio* para a sistematização do PIA, pois ainda que a equipe dos Serviços de execução fossem formadas, conforme preconiza o SINASE (2006;2012), o Judiciário não estaria apto, em relação ao quadro de funcionários, para atender as demandas das medidas socioeducativas. Cabe salientar que este *desafio* ainda compromete o atendimento imediato dos adolescentes encaminhados ao Serviço, gerando uma demanda em espera.

Em relação à equipe técnica, vale ressaltar que as situações afirmadas pelos autores Frassetto et al. (2012), podem ser visualizadas na realidade de vários municípios e estados brasileiros, mas, aqui exemplifica-se o Serviço de LA/PSC de Florianópolis/SC. Dentre algumas limitações desse município em específico, cabe destacar a precarização na forma de contratação da equipe técnica. No ano de 2012 a equipe técnica era composta por sete profissionais: uma psicóloga efetiva que exercia a função de supervisora do Serviço; uma assistente social efetiva que era coordenadora do Serviço, sendo que as duas profissionais mencionadas, por exercerem funções de “gestão”, por assim dizer, não atendiam diretamente os adolescentes e suas famílias, e cinco assistentes sociais contratadas por empresa terceirizada, que em dezembro de 2012 foram demitidas¹⁶, desta forma, o Serviço iniciou o ano de 2013 com dois técnicos na gestão (uma coordenação e uma supervisão), dois técnicos para execução da MSE e estagiários.

Em função desse número reduzido de técnicos para atender e acompanhar o Serviço de execução, que é uma realidade em várias localidades brasileiras, conforme já pontuado por Frassetto et al. (2012), muitos adolescentes que já passaram por audiência e lhes foram aplicadas MSE, não conseguem se inserir imediatamente para atendimento no Serviço. Ou seja, há uma distância entre o momento do ato infracional, a aplicação da medida e a inserção no Serviço para execução. Conforme ressalta Sales (2007), em Florianópolis, os adolescentes têm seus direitos violados até mesmo quando estão sendo responsabilizados, visto que alguns esperam até dois anos para iniciar a execução de sua medida em meio aberto, o que pode trazer grandes *desafios* para a construção do PIA, visto que, por vezes, os adolescentes podem não mais lembrar das circunstâncias na qual cometeu o ato infracional, ou, por não haver intervenção, o adolescente pode estar ainda mais envolvido com a prática de atos infracionais, podendo então reincidir, além de não acreditar na eficácia da justiça quanto à responsabilização frente ao ato cometido.

Dito isto, cabe sinalizar que a morosidade para o cumprimento das medidas socioeducativas compromete o caráter socioeducativo, baseado, dentre outras, no princípio da brevidade entre a prática do ato infracional e a execução da medida aplicada.

¹⁶ Demissão ocorreu devido ação do Ministério Público, diante disto, a Prefeitura Municipal não renovou o contrato.

Com base nas questões já expostas no decorrer desta subseção, pode-se sistematizar que o PIA deve identificar quem é o adolescente e sua família, deve conter informações dos membros que compõem a rede familiar, possuir informações sobre a história de vida em outras instituições, cidade de origem, vínculos comunitários com quem podem contar, quais são suas potencialidades, enquanto grupo e em relação à comunidade, assim como as possibilidades e oportunidades vislumbradas. No entanto, cabe ressaltar que, embora este TCC não tenha por objetivo elaborar um documento ou um modelo de PIA que possa ser aplicado nos Serviços, alguns itens, levando em consideração o que está posto no SINASE e que foi apresentado nesta subseção, devem se fazer presentes nesse documento.

O PIA deverá ser elaborado a partir da realidade de vida de cada adolescente e de seu contexto social e familiar, de forma interdisciplinar (art.54, I) e com objetivo, conforme já sinalizado, na participação protagonista dos adolescentes e suas famílias, utilizando os recursos do Sistema de Garantia de Direitos.

O artigo 54 do SINASE (2012) determina que no PIA deverá constar, no mínimo: os resultados da avaliação interdisciplinar, objetivos declarados pelo adolescente, previsão das atividades e capacitação profissional, atividades junto à família do adolescente, participação da família para o cumprimento do que foi pactuado quando da elaboração do PIA e atendimento à saúde.

Para as MSE em meio fechado (semiliberdade e internação), o artigo 55 do SINASE (2012) determina o que deverá constar a mais no PIA, sendo:

- I - a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida;
- II - a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e
- III - a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas.

Como já citado ao longo dessa subseção, a elaboração do PIA apresenta alguns *desafios* e algumas *possibilidades*. No que se refere ao atendimento com o adolescente e sua família, o acompanhamento sistemático, como prevê o SINASE (2006), é uma grande *possibilidade*, pois através de encontros individuais ou em grupos de adolescentes é que a medida socioeducativa acontece, para isto, exige que o profissional esteja preparado para planejar e replanejar suas ações, e ao

longo dos atendimentos possa construir, junto com o adolescente, uma nova perspectiva de vida.

Após o advento do ECA (1990) e do SINASE (2012), o adolescente passou a ser atendido a partir de uma concepção de responsabilização frente ao ato infracional cometido, e não recebendo medidas punitivas e de castigos, diante dessa nova lógica, encontra-se *possibilidades* de responsabilizar a partir de uma perspectiva socioeducativa.

Veronese e Oliveira (2008, p. 121), orientam que:

É necessário rompermos com a cultura do castigo, da pena como sinônimo de fazer sofrer, de expiar pelo mal cometido, para a idéia da efetiva autonomia do sujeito adolescente que está no bojo da responsabilização social. Ao responsabilizarmos, estamos impondo limites, limites estes bem definidos pelo Estatuto. Se a Lei 8.069/90 não funciona sob este prisma, é porque estamos trabalhando com profissionais inabilitados e /ou programas inadequados, o que se apresenta como uma grande omissão, um verdadeiro descaso com a área infanto-juvenil.

Corroborando com Veronese e Oliveira (2008), Frassetto et al. (2012, p.31), afirmam que:

Pode-se entender a responsabilização como uma imposição de deveres decorrentes da prática de determinada conduta. A prática do ato infracional faz nascer obrigações a seu autor. Tais obrigações, na punição, seriam de suportar algum sofrimento pessoal, como decorrência do mal produzido ao terceiro. Trata-se aqui, da resposta penal-retributiva na sua forma mais pura: castigo.

Quanto à perspectiva educativa como *possibilidade* de efetivação do PIA, Jimenez et al. (2012, p. 6) afirmam que tal perspectiva exige “diretrizes, metodologias, conhecimentos técnicos pedagógico, da realidade social, dos conteúdos, a contextualização do universo cultural dos adolescentes”.

Os *desafios* impostos pelo SINASE (2012) quando da elaboração do PIA, requerem incorporar as dimensões técnica, política e social na sua implantação. Nesta perspectiva, acrescenta Costa e Peixoto (2006, p.65) que é preciso traçar:

Um corajoso reordenamento político-institucional e pedagógico que se concretiza em mudança de conteúdo, método e gestão socioeducativa, a estrutura física segundo os parâmetros das normas nacionais e internacionais e a constituição de equipes capazes de atendimento no sentido da natureza política e pedagógica da medida socioeducativa.

Pensar *desafios e possibilidades* na elaboração do PIA, remete-nos, ainda, à implementação do SINASE como sistema, conforme consta no SINASE (2006, p. 15) :

A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Persegue, ainda, a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturado, principalmente, em bases éticas e pedagógicas.

Ainda no SINASE (2006), podemos compreender os *desafios* da implementação deste, quando afirma que os adolescentes na realidade brasileira, inclusive os que cumprem MSE, exigem atenção do Estado e destaca as fragilidades e fragmentação das políticas públicas, fazendo com que a temática seja incluída na agenda de urgências das políticas públicas e sociais, principalmente naquelas específicas a adolescentes em conflito com a lei. Neste sentido, cabe ressaltar, por fim, que os artigos 28 e 29 do SINASE (2012), prevêem penalidades em todas as esferas, nos casos de desrespeito parcial ou integral às diretrizes e determinações da Lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho apresentar um breve contexto histórico da infância e juventude na sociedade brasileira, no qual se analisou que até a promulgação do ECA as políticas eram destinadas apenas aos considerados adolescentes em “situação irregular”, ou seja, os “menores” vistos como delinquentes, abandonados, com desvio social, de conduta, perigosos e como objetos de intervenção do Estado. Somente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 1990, que crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos e com prioridade absoluta, considerando criança e adolescente pessoa em fase de desenvolvimento e, portanto, necessitam de cuidados e atenção específicos, responsabilizando a família, a sociedade e o Estado pela sua proteção. (ECA, 1990)

Conforme identificamos na primeira seção, a adolescência não pode ser compreendida apenas sob um único ponto de vista, pois ela implica em transformações físicas, biológicas, psicológicas, entre outras. Essa fase é um período no qual os adolescentes passam por mudanças que perpassam também os aspectos culturais, sociais e econômicos, diante disto, inicia-se a busca pela identidade e a vida adulta, o que vai sendo marcado por indagações e transgressões das regras e dos limites, conforme Neto (2012, p.79) “essa experimentação na adolescência, somada a fatores socioculturais, corroboram a formação de valores do sujeito adolescente e traça os rumos de sua inserção no mundo adulto”.

O adolescente, quando comete um ato infracional, é considerado pelas legislações específicas (ECA e SINASE), capaz de ser responsabilizado através das medidas socioeducativas, desde que observado sua capacidade em cumpri-las, assim como observadas as circunstâncias e a gravidade da infração, sendo que a gravidade das infrações são análogas ao código penal.

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou analisar as possibilidades e desafios de elaboração do Plano Individual de Atendimento nos serviços de execução de medida socioeducativa, com base nos disposto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O PIA, objeto de estudo deste TCC, é compreendido como instrumento de trabalho da Lei 12.594, de 18 janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas.

Com base no SINASE (2006;2012), na revisão bibliográfica realizada sobre o tema e na vivência do campo de estágio, podemos considerar que o PIA possui diversos desafios e possibilidades para sua efetivação.

Dentre os desafios, cabe citar que existe diferença de poder entre os profissionais do campo de execução das MSE, e sobretudo, diferença de poder para com os próprios adolescentes, que são vistos como meras pessoas que precisam de cuidado e intervenção, portanto, é um desafio extinguir essa relação de poder e torná-la horizontal, no qual as diversas áreas do saber terão como objetivo único o atendimento de qualidade, garantindo aos adolescentes em conflito com a lei o que preconiza o ECA e SINASE.

Como desafio, também cabe ressaltar a intersetorialidade, pois é através da efetividade das políticas e da capacidade de cada setor em analisar e transformar seu modo de executar e operar que os acessos aos direitos poderão ser garantidos, de forma eficaz e efetiva. A intersetorialidade torna-se um desafio pois exige articulação das ações setoriais que, conjugadas, alcançam a complementariedade, considerando a incompletude dada a cada política pública social.

A subordinação ao Judiciário também é um desafio, visto que a elaboração do PIA e o acompanhamento junto ao adolescente e sua família é realizado pelo Serviço de execução, no entanto, o SINASE determina que o Judiciário aprove a elaboração, caso contrário, é preciso refazê-lo, neste sentido, também torna-se um desafio, já que o SINASE determina prazos curtos (quinze dias para MSE em meio aberto e 45 dias para MSE em meio fechado), para a elaboração do PIA, sendo que este é compreendido como um projeto de vida, e para tanto, é necessário um tempo maior para sua elaboração.

Dentre outros desafios, é importante ressaltar que o SINASE não aponta o quadro de pessoal necessário para que o Judiciário atenda a demanda das MSE, aponta apenas o quadro de pessoal que deverão constar nos Serviços, desta forma, ainda que os Serviços estivessem com as equipes completas para atendimento das MSE, o Judiciário não estaria apto, gerando então outro desafio: a demanda em espera. Por fim, a implementação do SINASE também é um desafio, visto as fragmentações e pontualidades das políticas públicas sociais.

De forma sucinta, podemos destacar as possibilidades para a elaboração do PIA: a criação de vínculos entre adolescente e Serviço, tendo em vista ser um atendimento sistemático e obrigatório, no qual prevê um novo projeto de vida para

adolescentes em conflito com a lei. Como possibilidade, destaca-se a intersetorialidade, que busca a articulação com diversos setores para a efetivação da MSE e garantia de direitos.

A interdisciplinariedade é uma possibilidade para que diversas áreas do conhecimentos possam, juntos, produzir estratégias de atendimento e acompanhamento, efetivando, assim, o que determina o artigo 12 do SINASE (2012).

Por fim, o envio do PIA ao Judiciário, ao tempo que é um desafio, também pode ser analisado como uma possibilidade, pois pode contribuir para uma maior articulação entre os Serviços de execução e os de Aplicação, garantindo de forma mais integral os direitos dos adolescentes.

Diante do exposto, conclui-se que este TCC alcançou os objetivos propostos, analisando os desafios e possibilidades da elaboração PIA. Cabe destacar ainda que esta análise contribui para os diversos profissionais que atuam juntos aos adolescentes em conflito com a lei, assim como demais Serviços que utilizam o PIA como instrumento de trabalho.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília – DF: CONANDA, 2006.

BAPTISTA, Ruth Micheleto Honorato. **Adolescentes em conflito com a lei: as condições desfavoráveis para o cumprimento de medida sócio-educativa de internação.** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Florianópolis, 2007.

BECKER, Daniel. **O que é adolescência.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

BERNARDINO NETO, Priscilla. **Uma análise acerca da aplicação da Remissão, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), no ano de 2011, cumulada com medida socioeducativa, pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Florianópolis.** 2012, 96f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BOUTINET, Jean-Pierri. **Antropologia do projeto.** Porto Alegre, RS.: Artmed, 5 ed, 2002.

BRASIL. **Código de Menores.** Decreto nº 17.943 A, de 12 de outubro de 1927.

BRASIL. **Código de Menores.** Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8069/90, de 13 de julho de 1990. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – Brasília: 2002.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Lei n 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

CEAG. Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública. **Plano Individual de Atendimento.** Universidade de Brasília. 2012.

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Estatuto da Criança e do adolescente.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009 (série leituras jurídicas: provas e concursos: v. 28)

ERICKSON, E.H. **Identidade, Juventude e Crise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FRASSETO, F. A. ; GUARA, I. M. F. R. ; BOTARELLI, A. ; BARONE, R. E. M. . **Gênese e desdobramentos da LEI 12594/2012: reflexos na ação socioeducativa.** Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 1, p. 19-72, 2012.

FUCHS, A.M.S.L. **Telhado de vidro: as intermitências do atendimento socioeducativo de adolescentes em semiliberdade - análise nacional no período**

de 2004-2008.247f. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

GOMES, M.do Rosário Corrêa. **Relação SUAS/SINASE na revisão do marco regulatório - Lei 12435/2011 e Lei 12594/2012**: comentários críticos. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 6, p. 73-86, 2012.

GORGES, Ana Paula. **Adolescente autor de ato infracional**: representação da mídia escrita. 2008/1. 83F. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

JIMENEZ, L.; Dra. Neusa Francisca de Jesus; Malvasi, Paulo Artur; SALLA, Fernando . **Significados da nova Lei do SINASE no Sistema Socioeducativo**. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 6, p. 1-18, 2012.

LUFT, P. Celso. **Dicionário Luft**. 20.ed. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINS, Fabíula Gonçalves. **Adolescente autor de ato infracional x mercado de trabalho**: expectativas e entraves à inclusão. 2004/2. 120f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MALVASI, P. A. **A gestão de programas socioeducativos e a voz do sujeito de direitos: um olhar antropológico**. In: Wilson Donizeti Liberati. (Org.). A gestão da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei. 1ed.São Paulo: Letras Jurídicas, 2012, v. 1, p. 81-114.

MEGGIATO, Jaqueline da Rosa. **Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação**: Olhares e escutas sobre os fatores que influenciam o ato infracional. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Florianópolis, 2008.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e prestação de Serviço a comunidade (PSC)**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. Brasília, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso . Famílias e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org). **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; SCHUTZ, Fernanda. Intersetorialidade na Política Social: reflexões a partir do exercício profissional dos Assistentes Sociais. In: DIPROSUL. **O direito à saúde e a proteção social em faixas de fronteiras**: Um balanço do debate acadêmico no sul da América do Sul. Pelotas, 2011, p. 1-27.

MNMMR (1995). Dez anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. UNICEF. Out. (Disponível no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.)

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **A importância da equipe interdisciplinar no tratamento da qualidade na área da saúde**. In: Revista Katálysis, n3, p. 40-48, 1998.

NUNES, E. S. N. . **Apontamentos legais a respeito dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil 2002** (Artigo).

OLIVEIRA, H.M.J. **Cultura política e assistência social**: uma análise das orientações dos gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2004.

RIZZINI, Irene. **Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil (1830 – 1990)**. In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (Org). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Americano del Nino, Usu, Amais, 1995, p. 99-168.

RIZZINI, Irma. A criança e o Menor na Era Vargas. In: PILOTTI, F; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro, RJ: Universitária Santa Úrsula, 1995.

ROSA, Edinete Maria, RIBEIRO JÚNIOR, Humberto; RANGEL, Patrícia Calmon. **O adolescente**: a lei e o ato infracional. Vitória, ES: EDUFES, 2007.

ROTONDANO, Ricardo Oliveira. **Breves considerações sobre o SINASE: sistema nacional de atendimento socioeducativo**, 2011. Disponível em: <http://www.reid.org.br/arquivos/00000235-13-09-rotondano.pdf> Acesso em dezembro de 2012.

SALES, Cíntia Noêmia. **O Programa de Liberdade Assistida de Florianópolis na percepção dos adolescentes**: quem fala, quem cala? Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, 2007.

SPOSATO, Karyna Batista. **O Direito Penal Juvenil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

SOUZA, M. P. **Proteção integral e ato infracional**: um estudo em Santa Catarina. Revista Katalysis, Florianópolis, v.7,n2,jul.2004.

VASCONCELOS, E. M. **Serviço Social e interdisciplinaridade**: o exemplo da saúde mental. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 54, 1997, p. 132-157.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTR: 1999.

VERONESE, Josiane Rose Petry;; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Infância e Adolescência, o conflito com a Lei**: algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito da criança e do adolescente**. Florianópolis, SC:OAB/SC,2006.

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. **Educação versus Punição:** a educação e o direito no universo da criança e do adolescente. Blumenau: Nova Letra, 2008.

VIEIRA, Henriqueta Sharf (Org.). **Perfil do adolescente infrator no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: MP. 1999. (Cadernos do Ministério Público; 3).

VOLPI. Mário (Org). **O adolescente e o ato infracional**. 3.ed.São Paulo: Cortez, 1999.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direito:** a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

VOLPI. Mário (Org). **O adolescente e o ato infracional**. 4.ed.São Paulo: Cortez, 2002.